

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Gabriel Fleck de Abreu

**FOUCAULT DO CABARÉ AO LAR: UM ESTUDO SOBRE A APROPRIAÇÃO DE  
MICHEL FOUCAULT POR MARGARETH RAGO EM *DO CABARÉ AO LAR* DE  
1985**

Porto Alegre

2012

Gabriel Fleck de Abreu

**FOUCAULT DO CABARÉ AO LAR: UM ESTUDO SOBRE A APROPRIAÇÃO DE  
MICHEL FOUCAULT POR MARGARETH RAGO EM *DO CABARÉ AO LAR* DE  
1985**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História, pelo curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi

Porto Alegre

2012

Gabriel Fleck de Abreu

**FOUCAULT DO CABARÉ AO LAR: UM ESTUDO SOBRE A APROPRIAÇÃO DE  
MICHEL FOUCAULT POR MARGARETH RAGO EM *DO CABARÉ AO LAR* DE  
1985**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História, pelo curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi

Aprovado em:

Conceito:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Fernando Felizardo Nicolazzi – (Orientador) – UFRGS

---

Benito Bisso Schmitz – UFRGS

---

Temístocles Américo Corrêa Cezar – UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente ao suporte e à paciência de meus pais e da minha irmã nestes cinco anos de graduação. Também ao resto da minha família e amigos pelo apoio e compreensão.

Ao meu orientador Fernando Nicolazzi pelos ótimos apontamentos que ajudaram a definir os contornos e a escrita deste trabalho desde seu projeto até sua finalização.

À professora Helen Osório pela orientação na minha primeira bolsa de Iniciação Científica, da qual carrego comigo os ensinamentos decorridos das minhas primeiras experiências em pesquisa.

Ao professor Benito Schmidt pela orientação e pelas excelentes discussões nas reuniões da atual bolsa de Iniciação Científica, e também por ter aceitado participar da banca deste trabalho. A isso, também agradeço ao professor Temístocles Cezar.

Aos amigos da faculdade, que tornaram esta formação tão prazerosa e dos quais espero que a amizade continue ainda que sigamos caminhos diferentes. Menciono alguns especialmente: ao Moisés, pela trilha sonora da feitura deste TCC; a Alexandra, Said, Bárbara, Fernanda, Simone, Camila, Larissa e demais colegas pelas distrações, sempre necessárias nos momentos estressantes; ao Diego e à Carol pelas conversas nas reuniões, pré-reuniões e pós-reuniões.

Em especial à Júlia e à minha prima Lúcia pela amizade e presença constante nos melhores e nos piores momentos.

Aos que não mencionei, mas que não esqueci, e que também ajudaram em minha formação.

Por fim ao meu avô que, enquanto esteve comigo, foi o grande responsável por instigar minha paixão pela história.

## RESUMO

Este trabalho analisa a apropriação que Margareth Rago faz de Michel Foucault em 1985, no seu livro *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*, condensação de sua dissertação de mestrado defendida na UNICAMP em 1984. Procuo analisar esta apropriação considerando-a a partir da UNICAMP em um contexto de consolidação da universidade e dos cursos de pós-graduação em História, de efervescência política, social e cultural e de busca por renovações historiográficas. Assim, a leitura que Margareth Rago faz de Foucault e sua apropriação concomitante com o uso de Thompson – o que em outro momento é criticado pela própria autora – são entendidos dentro de um contexto histórico onde as fronteiras epistemológicas ainda não se encontravam tão definidas como viriam a ser posteriormente. Enfatiza-se o lugar social de produção do livro, o estilo de escrita de Rago em diálogo com o de Foucault, a abordagem paradoxal que a autora faz do anarquismo e o papel do sujeito em Foucault, em *Do cabaré ao lar*, e na autocrítica de Rago.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia brasileira – Anos 80 – Margareth Rago – Michel Foucault – apropriação.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
1. “O DESCORTINAR DE NOVOS POSSÍVEIS”: O CONTEXTO DE ESCRITA DE <i>DO CABARÉ AO LAR</i> .....	14
1.1 – O LIVRO .....	14
1.2 – O LUGAR.....	20
1.3 – A CRISE .....	24
1.4 – FOUCAULT.....	30
2. MARGARETH LEITORA DE FOUCAULT: A APROPRIAÇÃO FOUCAULTIANA NA NARRATIVA DE <i>DO CABARÉ AO LAR</i> .....	39
2.1 – O ESTILO .....	39
2.2 – O ANARQUISMO .....	54
2.3 – O SUJEITO .....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

## INTRODUÇÃO

Na década de 1970 chegam ao Brasil os livros *Vigiar e punir* de Michel Foucault e *A formação da classe operária inglesa* de E. P. Thompson<sup>1</sup>: ambos os trabalhos, cada um à sua maneira, trouxeram consigo novos olhares que modificaram formas de se escrever a história.

Foucault propunha uma escrita da história que seria efetiva “na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser”.<sup>2</sup> Ele recusava a verdade – essa “espécie de erro que têm a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque o longo cozimento da história a tornou inalterável” –,<sup>3</sup> a metafísica, as “solenidades da origem”, as essências. Foucault repensava o saber e o poder na história, ambos interligados; o poder como relação e não propriedade; disseminado pelo todo social, em seu aspecto positivo: não apenas opressor e restritivo, mas produtor de verdades e de sujeitos. A arqueologia dos saberes e a genealogia do poder que Foucault traz em seus livros abriram ainda mais o leque de possibilidades para a investigação do historiador, podendo então atentar para a história da loucura, da prisão, da medicina, da sexualidade; de campos de saber e poder que disciplinam, domesticam, sequestram, mas também produzem sujeitos, são pontos de partida para modos de subjetivação.

Thompson, com *A formação da classe operária inglesa* revisa o conceito de classe tal como havia sido trabalhado por certo marxismo até então. Estudando o “fazer-se” da classe, ele aponta esse processo como fruto tanto da ação humana quanto dos condicionamentos, entendendo a classe não como uma categoria nem como uma estrutura, mas como um “fenômeno histórico” encarnado em pessoas e contextos reais.<sup>4</sup> Para ele,

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (partilhadas ou herdadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas

---

<sup>1</sup> *Vigiar e punir* (1975) é traduzido pela editora Vozes em 1977. Já *A formação da classe operária inglesa* (1963) só é traduzido para o português pela editora Paz e Terra em 1987; porém, me refiro aqui à sua tradução para o espanhol que já circulava entre historiadores brasileiros: *La Formación Histórica de La Clase Obrera*, Barcelona, Editorial Laia 1977.

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, organização e tradução de Roberto Machado, 1979. 26ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 2008, p. 27.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>4</sup> THOMPSON, *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9-10.

experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias [sic] e formas institucionais.<sup>5</sup>

Com esta redefinição do conceito de classe alicerçado nas noções de experiência de classe e consciência de classe, Thompson incorpora à análise histórica o protagonismo da agência humana, encarnando os contextos e condicionamentos em pessoas reais com capacidade de resistir às determinações. Suas contribuições vêm no sentido de dar voz aos vencidos, oprimidos, que eram antes vistos apenas como uma manifestação ou resultado de condicionamentos gerais.

Em 1985, Margareth Rago publica uma versão de seu mestrado, renomeada de *Do cabaré ao lar* (1985),<sup>6</sup> onde, inspirada nas inovações teórico-metodológicas trazidas por Foucault e Thompson, ela trabalha de um lado “as formas de disciplinarização da vida social dentro e fora das fábricas” e, de outro, procura perceber, em suas palavras, “como os dominados resistiram ao encontrar no anarquismo a linguagem política capaz de lhe permitir formular um projeto radical de transformação social”.<sup>7</sup> Oito anos depois, em artigo para a revista *Resgate*<sup>8</sup> a própria autora critica a apropriação conjunta de Foucault e Thompson em trabalhos da virada da década de 1970 para 1980, por serem trabalhos que combinam análises genealógicas dos mecanismos de sequestro e poder na sociedade com concepções de marxistas britânicos e que procuram ao mesmo tempo valorizar a resistência e a combatividade histórica das minorias oprimidas. Em outro artigo na primeira edição da revista *Anos 90*, ela reforça a autocrítica:

Ao mesmo tempo que me deslumbrava com Foucault, eu me fascinava por Thompson e ficava num dilema muito grande por não saber qual dos dois eu gostava mais. (...) queria mostrar que o anarquismo era uma força, que os libertários sabiam se formular a despeito dos intelectuais orgânicos. Mas isso era muito contraditório porque, ao mesmo tempo em que trabalhava com a tendência de dar voz aos “vencidos” e retirar os pobres do silêncio, mostrando sua racionalidade, ao contrário do que o discurso liberal afirmava, utilizava Foucault, que dissolvia o sujeito e o mostrava como efeito das redes de relações e da formação de saberes.<sup>9</sup>

Em seus trabalhos futuros Margareth Rago se distancia da perspectiva thompsoniana e se vincula cada vez mais com noções foucaultianas, sobretudo quanto aos modos de

<sup>5</sup> *Ibid.* p. 10.

<sup>6</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. O título original da tese é *Sem fé, sem lei, sem rei. Liberalismo e experiência anarquista na república*, defendida em 1984.

<sup>7</sup> RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. In: *Anos 90*, n. 11, jul. 1999, pp. 80-81.

<sup>8</sup> RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores, In: *Resgate*, Campinas, nº 5, Centro de Memória da UNICAMP, 1993.

<sup>9</sup> RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. In: *Anos 90*, n. 1, mai. 1993, pp. 133-134.



subjetivação, desenvolvidos nos últimos volumes de *História da sexualidade*,<sup>10</sup> que poderiam ser encarados como uma volta ao sujeito: o estudo dos modos de subjetivação através dos quais os sujeitos se constituem enquanto sujeitos morais – noção cara aos estudos feministas de Rago, dando voz a um sujeito que segundo ela, era antes dissolvido na perspectiva foucaultiana.

Este trabalho se propõe a analisar como se dá a apropriação<sup>11</sup> do pensamento de Michel Foucault em *Do cabaré ao lar* – ou seja, de que forma Foucault é deslocado, combinado, rearranjado e interpretado a fim de compor o argumento de Rago.

Esta monografia é motivada pelo questionamento de como a historiografia brasileira se apropriou das ideias de Foucault: Como ela realocou seus conceitos em outros objetos? Como os articulou com outras teorias e campos epistemológicos na produção do conhecimento em história? Como os interpretou, utilizou e transformou? Por trás desta preocupação não se procura defender uma leitura correta de Foucault, mas, ao contrário, parte-se do princípio de que existe uma multiplicidade de leituras possíveis de um texto.<sup>12</sup> Assim, procuro analisar a apropriação específica que Rago fez de Foucault enquanto um *acontecimento histórico*: uma apropriação datada em um determinado momento, relacionada com um contexto histórico específico. Contexto aqui não pode, no entanto, ser pensado como determinação apenas política, econômica ou social, mas sim levar em conta estes elementos em conjunto com o próprio *campo científico historiográfico*,<sup>13</sup> que possui sua lógica interna. Então não se trata de buscar uma “origem que explica” a apropriação de Foucault, mas sim elencar elementos que definiram de uma maneira ou de outra esta apropriação através da construção de um campo de possibilidades para Rago. Assim, contexto é aqui entendido como um repertório de escolhas e recursos do qual a autora dispunha ao procurar referendar e legitimar sua tese.

---

<sup>10</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. 3 vols. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

<sup>11</sup> O conceito será explicado a seguir.

<sup>12</sup> Isto ganha ainda mais relevo ao se tratar de Foucault, uma vez que seu pensamento possui diversos momentos e facetas, algumas contraditórias. Retomando o que diz Leandro Mendanha e Silva, “o pensamento de Foucault pode ser entendido como um enfrentamento de problemas. Quando estes problemas se deslocam, esses pensamentos também se deslocam, quando esses pensamentos se veem em impasses, surgem novos problemas e novas abordagens”. SILVA, Leandro Mendanha e. *Nas transversais do tempo: uma intervenção de Foucault na história e sua apropriação pela historiografia*. 2009. 221 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009, p. 11.

<sup>13</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Editora UNESP: 2004,

*Do cabaré ao lar* data de 1985, um momento particular da história e historiografia brasileiras, marcado pela redemocratização, redescoberta do anarquismo e o surgimento de trabalhos baseados nas contribuições do marxismo britânico e da “Nova História”. Assim, é enquanto uma apropriação específica e particular, datada deste momento e marcada por certas condições e processos que procuro entender esta leitura. Nesse sentido, Margareth Rago, para além de usar Foucault como referencial teórico em seus estudos, é também uma comentadora de Foucault, permitindo uma comparação enriquecedora para a análise. Além disso, trata-se também de um trabalho onde a própria autora, em outro momento, se autocrítica, renegociando assim sua própria identidade.

*Apropriação* é então um conceito chave na pesquisa, e o utilizo aqui segundo a definição de Roger Chartier, que, em *À beira da falésia*, o pensa dentro do projeto de “uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem”.<sup>14</sup> Para ele, *apropriação* é o resultado de “operações de construção de sentidos”, operações estas sustentadas por condições e processos que devem ser construídos “na descontinuidade das trajetórias históricas”.<sup>15</sup> Assim, este trabalho se pretende um estudo atento às condições e processos que sustentam essas operações. Nesse sentido, recusa-se a ideia de *influência*, termo que, como lembra Michael Baxandall, “[...] decide indevidamente sobre o sentido da relação, isto é, quem age e quem sofre a ação de influência”;<sup>16</sup> pois, de fato, ao falarmos em “impacto de Foucault na historiografia brasileira”, ou em “influência de Foucault em *Do cabaré ao lar*”, o protagonismo da ação é invertido, uma vez que foi Margareth Rago quem buscou em Foucault as referências que pudessem lhe ajudar a problematizar, questionar, desenvolver e principalmente *legitimar* suas próprias ideias. Complementa Foucault:

Há [...] um trabalho negativo a ser realizado: libertar-se de todo um jogo de noções que diversificam [...] o tema da continuidade [...] [como a] noção de influência, que fornece um suporte – demasiado mágico para poder ser bem analisado – aos fatos de transmissão e de comunicação; que atribui a um processo de andamento causal (mas sem delimitação rigorosa nem definição teórica) os fenômenos de semelhança ou de repetição; que liga, à distância e através do tempo – como por intermédio de um meio de propagação – unidades definidas como indivíduos, obras, noções ou teorias.<sup>17</sup>

Assim, ao invés de *influência*, utilizo o conceito de *apropriação*.

<sup>14</sup> CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 68.

<sup>15</sup> *Ibid.*

<sup>16</sup> BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 101-102.

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p. 23-24.

Dentre as condições e processos que permeiam e interferem nesta apropriação, procuro não enfatizar demasiadamente um contexto histórico relacionado com a política ou a economia de modo determinista. Não que estes elementos não sejam levados em conta, porém, penso com Bourdieu que

[...] para compreender uma produção cultural (literatura, ciência etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. [...] Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois pólos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o *campo* literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.<sup>18</sup>

Assim, procuro pensar junto com o contexto histórico dos anos 80 a dinâmica do *campo* historiográfico, que possui sua própria lógica, um “microcosmo relativamente autônomo”, ou, mais precisamente, lutando por uma consolidação teórica do campo.<sup>19</sup> Pensando assim, é importante considerar o papel do *lugar social de produção* da onde parte o estudo histórico, que para Michel de Certeau, é indissociável da obra:

A instituição não dá apenas uma estabilidade social a uma "doutrina". Ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina. Não que uma seja a causa da outra. Não seria suficiente contentar-se com a inversão dos termos (a infraestrutura [sic] tornando-se a "causa" das idéias [sic]), supondo entre elas o tipo de relação que estabeleceu o pensamento liberal quando encarregou as doutrinas de conduzirem a história pela mão. É, antes, necessário recusar o isolamento destes termos e, portanto, a possibilidade de transformar uma correlação numa relação de causa e efeito.<sup>20</sup>

Isso se torna central ao pensar a vinculação de Margareth Rago com a UNICAMP, que nas décadas de 1970 e 1980 teve grande importância na divulgação tanto de Foucault como de Thompson.<sup>21</sup>

Para completar, acrescento um elemento para além do campo e do lugar que permite pensar esta apropriação: a ideia de *estilo* de Peter Gay.<sup>22</sup> Este defende a implicação mútua

<sup>18</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo, Editora UNESP: 2004, p. 19-20, grifo meu.

<sup>19</sup> A ideia de campo de Bourdieu vem aqui mais no sentido de recusar uma relação mecanicista e direta demais entre os movimentos da historiografia e a história política ou social, como alguns trabalhos que veremos abordam. Porém, o grau de autonomia deste campo no período é algo muito discutível e carece de pesquisa.

<sup>20</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 69.

<sup>21</sup> A UNICAMP será trabalhada a partir do item *O lugar*, p. 20. Estou considerando o *lugar social de produção* vinculando principalmente à UNICAMP, porém reconheço que para Certeau é uma noção mais ampla que não necessariamente se restringe apenas à instituição.

entre *forma e conteúdo*, dizendo que o estilo interfere no que é dito assim como o que é dito interfere no estilo. Assim, tem-se uma noção flexível de estilo, que parte da máxima de Buffon “o estilo é o próprio homem” e a ultrapassa, considerando o estilo como respostas individuais em diálogo com outros estilos e contextos: um estilo fala do homem, mas não de *todo* o homem; ele fala do homem, mas não apenas do homem. Fornece indícios para pensar o homem enquanto “historiador em atividade”, considerando-se os estilos com os quais ele dialoga, o meio em que se insere, e suas respostas individuais em revolta contra seus passados, ambientes e si mesmo. Estilo é assim pensado por Peter Gay como um objeto de estudo fecundo e nesse sentido permite uma leitura abrangente da apropriação de Foucault por Rago.

Eis então a proposta: analisar dentro da narrativa de *Do cabaré ao lar* a apropriação que Margareth Rago faz do pensamento de Foucault para compor e legitimar seus argumentos, vinculando-a com o contexto histórico e historiográfico do período e pensando esta apropriação enquanto uma interpretação determinada historicamente e sofrendo influências também sociais, tanto do lugar de produção, de processos e condições do período quanto da dinâmica interna do próprio campo intelectual de produção do conhecimento histórico.

Para estudar a apropriação de Foucault por Margareth Rago em 1985, vinculo *Do cabaré ao lar* com os livros de Foucault que foram citados no trabalho, a saber: *Vigiar e punir*, *Microfísica do Poder* e *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Contudo, dentro destes três livros, *Vigiar e punir* terá papel de destaque, uma vez que ele é priorizado em *Do cabaré ao lar*. Em reforço a isto, a própria autora na introdução do livro aponta *Vigiar e punir* como a porta de entrada para a “análise do poder em sua positividade”,<sup>23</sup> e ela mesma, posteriormente, comentando sobre a recepção de Foucault no Brasil, aponta *Vigiar e punir* como “seu principal estudo histórico propriamente dito”.<sup>24</sup>

O trabalho se divide em dois capítulos. O primeiro, “*O descortinar de novos possíveis*”: *O contexto de escrita de Do cabaré ao lar*, trata justamente do que diz o título: uma contextualização da obra. É dividido em 4 itens: *O livro*, onde *Do cabaré ao lar* é apresentado: seu prefácio, sua organização e seus argumentos; *O lugar*, que foca a UNICAMP

---

<sup>22</sup> GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>24</sup> RAGO, Margareth. *As marcas da pantera: Foucault para historiadores*, op. cit., p. 23.

e sua inserção no contexto acadêmico da História na década de 80 como *lugar social de produção*; *A crise*, que apresenta a discussão teórica e historiográfica em voga naquele momento no Brasil; e *Foucault*, que volta a análise para a UNICAMP, considerando-a dentro do debate do campo historiográfico e pensando como Foucault se insere no Brasil e na UNICAMP neste contexto.

O segundo capítulo, *Margareth leitora de Foucault: A apropriação foucaultiana na narrativa de Do cabaré ao lar*, discorre sobre a apropriação de Foucault dentro da narrativa de Rago. É dividido em 3 itens: *O estilo*, que através das reflexões de Hayden White e Peter Gay pensa na construção da narrativa história de *Do cabaré ao lar* em diálogo com a de *Vigiar e punir*, com foco principalmente nas suas introduções, onde são apresentadas suas propostas: procura-se, assim, analisar recursos retóricos e estilísticos e formas de compor e legitimar argumentos, a fim de buscar elementos em comum e diferenças em ambos os autores; *O anarquismo*, que pensa a temática do anarquismo como um ponto de aproximação paradoxal entre *Do cabaré ao lar* e o pensamento de Foucault: por um lado a busca do anarquismo como objeto de análise e de Foucault como referencial teórico tem um mesmo cerne, uma mesma preocupação, mas por outro lado, a forma como o anarquismo é trabalhado pela autora é a própria causa da sua posterior autocrítica; por fim *O sujeito*, aspecto central na autocrítica da autora que aqui é analisado e relativizado, a fim de entender como a questão do sujeito aparece em cada autor e como se dá o diálogo entre Foucault e Rago a partir desta temática.

Talvez as diferentes abordagens em cada capítulo pareçam um pouco desconexas entre si, o que procurarei ligar nas considerações finais; ademais, quero por fim lembrar aqui o caráter de um exercício de pesquisa que possui um TCC; por isso, não tenho a pretensão de elucidar de uma vez por todas a dinâmica historiográfica nos anos 80, nem a forma como se apropriam determinados autores dentro do conhecimento histórico. Também não pretendo explicar todos os elementos que influenciaram a busca por Foucault de Margareth Rago, uma vez que outras formas de pesquisa, como entrevistas orais ou botar em diálogo os diferentes momentos da obra da autora trariam respostas diferentes. E principalmente, não pretendo apontar a leitura correta e definitiva de Foucault ou recusar erros cometidos em outros momentos. Ficarei feliz se este trabalho conseguir apontar alguns elementos que possam indicar a forma como Foucault foi apropriado neste caso específico, e que, com isso, mais suscite que responda questões sobre este momento da historiografia brasileira ainda tão negligenciado.

## 1. “O DESCORTINAR DE NOVOS POSSÍVEIS”: O CONTEXTO DE ESCRITA DE *DO CABARÉ AO LAR*

*Os anos 1980 foram um período de grande efervescência política. Os movimentos sociais ressurgiam com força. Você tinha movimentos de bairro, as feministas, os homossexuais, os partidos políticos de esquerda e o novo sindicalismo. Ao mesmo tempo, crescia também a ideia de que os sujeitos sociais eram mais variados do que aqueles movimentos. Os historiadores começaram a descobrir novas fontes que permitiam examinar o cotidiano dos trabalhadores de maneira diferente.*

Sidney Chalhoub<sup>25</sup>

É 1980 quando Margareth Rago inicia seu mestrado em História na UNICAMP. Em 1984 ela conclui a dissertação com o título de *Sem Fé, Sem Lei, Sem Rei – Liberalismo e Experiência Anarquista da República*, e em 1985, no mesmo ano em que entra no doutorado na mesma universidade, ela também a publica pela editora *Paz e Terra*, mudando seu título para *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*.<sup>26</sup> Meia década medeia entre o ingresso no mestrado e a publicação da dissertação, inserindo este trabalho no coração dos anos 80. É com esta inserção em vista que discorre este capítulo, procurando contextualizar *DCAL*, pensando no *campo* historiográfico e no *lugar social de produção* de que fala Margareth Rago.<sup>27</sup>

### O LIVRO

Ao abrir *DCAL*, Margareth Rago explica em nota que “este trabalho condensa a dissertação de mestrado defendida sob o título de *Sem Fé, Sem Lei, Sem Rei – Liberalismo e Experiência Anarquista da República*, sob orientação do dr. Edgar S. de Decca (Departamento de História do IFCH da UNICAMP, novembro de 1984)”.<sup>28</sup> Uma vez situado o leitor sobre a origem que marca o lugar de onde se fala e que confere legitimidade ao trabalho, passa-se à estrutura dele através do índice, e ao prefácio, escrito pelo orientador do

<sup>25</sup> CHALHOUB, Sidney. Entrevista. In: *Revista de História*, 02/09/2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/sidney-chalhoub>. Acessado em: 04/12/2012.

<sup>26</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. op. cit. Deste momento em diante, *Do cabaré ao lar* será referido através da sigla *DCAL*.

<sup>27</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*, op. cit.; CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*, op. cit.

<sup>28</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. op. cit., p. 8.

trabalho Edgar de Decca, que, se antes legitimava a dissertação em 84 através da orientação, agora também dá seu aval à presente edição de 85 através do prefácio. Índices, dedicatórias, prefácios e afins são o que Gerard Genette define como *para-textos* da obra.<sup>29</sup> No caso do prefácio, ele possui um caráter que Fernando Nicolazzi chama de *discurso da obra*: “ele diz o texto, com outros termos e de forma diversa, narrando sua construção, definindo seus limites e estabelecendo suas condições de possibilidade”.<sup>30</sup> Sobretudo, o prefácio é ao mesmo tempo posterior e anterior à obra: é posterior, pois é escrito após ela, geralmente depois de uma primeira recepção e depois de indicadas considerações, críticas ou elogios, comentários de leitores; é anterior, pois é situado espacialmente antes do trabalho no livro, e assim, dialoga com o próprio texto, indicando uma determinada leitura da obra, direcionando o olhar do leitor para algum aspecto que se queira enfatizar, comentando as considerações da primeira recepção, *explicando* a obra.

O título do prefácio é *APRESENTAÇÃO*, porém Decca o chama de “prefácio” logo na primeira frase do texto. Para *dizer* o livro, de dentro e de fora, ele se utiliza da ideia de um *duplo* de *DCAL*: uma “aparição espectral”, procedida dos “espelhos do metal ou da água, ou simplesmente da memória”. O duplo de *DCAL* segundo Decca fora encontrado na biblioteca da UNICAMP: tratava-se da *Revista Movimento Operário e Socialista* de janeiro – março de 1980, cujo título era *Cultura Operária e Disciplina Industrial*. Segundo ele, este título definia o tema central de *DCAL*, e Decca via sua tarefa como prefaciador a de conseguir que os duplos “sejam bastante diferentes para serem dois e bastante parecidos para serem um”.<sup>31</sup> Segundo ele então, a revista era fruto de um colóquio italiano que, ao juntar tendências da historiografia inglesa, francesa, americana e italiana, sobretudo a partir das considerações sobre a cultura operária por Thompson e a disciplina industrial por Foucault, desfaria as “linhagens historiográficas nacionais”.<sup>32</sup> A riqueza de tal abordagem é enfatizada por Decca ao lembrar que por um lado não havia ainda traduções para o português de obras que renovaram o estudo das classes trabalhadoras, como *The Making of the English Working Class (A formação da classe operária inglesa)*, de Thompson, e que, se havia desde 1977 tradução para o português de *Vigiar e Punir*, pouco se relacionava esta obra com renovações historiográficas abertas por Foucault. O duplo e *DCAL* são um só, então, porque ambos fazem este “casamento”: Thompson e Foucault.

<sup>29</sup> In: NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casagrande & senzala e a representação do passado*. Tese em história. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p.79.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p.80.

<sup>31</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*, op. cit., p. II.

<sup>32</sup> *Ibid.*

Sobre este “casamento” (Foucault e Thompson), Decca aponta:

As diferenças de abordagens em se tratando de Thompson e Foucault são significativas. Para o primeiro, as classes trabalhadoras são sujeitos de sua própria história, e por isso, a ênfase dada à questão da *experiência* de classe e do fazer (*making*) de uma cultura de classe. Com os seguidores de Foucault desloca-se significativamente o eixo da experiência e/ou da cultura das classes trabalhadoras, acentuando-se o significado da ação disciplinar de inúmeros agentes sociais na produção do cotidiano e da identidade dos trabalhadores, através da criação das instituições basilares da sociedade, tais como a família nuclear, a escola e a fábrica.<sup>33</sup>

Logo de cara Decca direciona, através do *duplo*, certa leitura da obra, que enfatiza o uso dos dois teóricos e liga cada um a um dos dois temas que ele entende como centrais de *DCAL*: cultura operária (Thompson) e disciplina industrial (Foucault). Fica claro que Decca reconhece ambos como abordagens diferentes. No entanto, ele entende essa diferença como uma diferença *temática*, uma diferença de ênfase (para Thompson a experiência de classe; para Foucault, a ação disciplinar) e não propriamente epistemológica. Sendo assim, o casamento não seria impossível, pois bastaria um trabalho focar os dois temas que o casamento é pertinente e inclusive elogiável.

Mas se *DCAL* e seu *duplo* são um só devido à combinação Thompson-Foucault, o que faz *DCAL* outro e único é a sua *trama*: “[a] forma pela qual a autora, convivendo com o debate instaurado pelo seu duplo, produz uma singularidade inconfundível pelo arranjo que ela dá aos elementos de sua história”.<sup>34</sup> Assim, o casamento realizado por Margareth Rago, na visão de Decca, consiste em traçar uma trama a partir de duas ênfases diversas, combinando duas abordagens e vendo dois lados diferentes de um mesmo processo.

Em que consiste esta trama?

*DCAL* é dividido em quatro capítulos, cada um enfatizando um momento diferente da dominação burguesa, I. Fábrica satânica/Fábrica higiênica; II. A colonização da mulher; III. A preservação da infância; IV. A desodorização do espaço urbano. A originalidade da trama é que em cada capítulo, cada um sobre uma temática, ela discorre uma descrição do que ela chama de uma imposição de identidade pelos dominantes, um “imaginário”, com o recurso a termos foucaultianos (sobretudo sobre os mecanismos de sequestro e disciplina) para entender a construção desse imaginário como parte de uma *empresa de moralização*, por parte da burguesia para impor uma nova identidade aos trabalhadores. E em seguida, ela sempre passa

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. III.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. IV.



para uma análise thompsoniana de formas de *resistência* a esse discurso “dominante”. Por fim, ela passa para uma exposição valorizadora das ideias anarquistas enquanto contestadoras da ordem e disciplinas burguesas. Assim, a cada capítulo temos este movimento: da imposição à resistência; da burguesia ao operariado; da disciplina ao anarquismo; este deslocamento analítico acontecendo em cada uma das quatro temáticas (a fábrica, a mulher, a criança e a cidade) como momentos diferentes de um mesmo processo.

No primeiro capítulo a autora discorre sobre uma tentativa de reorganização do trabalho fabril centrada na formação de um novo operariado (pautada em uma nova *economia dos gestos* adaptada à dinâmica da produção, tecnologias de adestramento e controle no interior das fábricas visando à fabricação de *corpos dóceis*, uma *micropenalidade do tempo* reprimindo atrasos, ausências e interrupções na produção, etc.), impondo aos trabalhadores uma identidade moralizada *construída de cima e do exterior*, e procurando fazer com que os operários introjetassem a *disciplina panóptica* do trabalho industrial. Em seguida, a ênfase passa à criatividade operária, que cria inúmeras formas de *resistência*, surdas, difusas, organizadas ou não: de greves e organização em sindicatos a boicotes, ataques aos instrumentos, roubos, freio à produção, ou seja, lutas miúdas procurando a renegociação das relações de produção; e depois é destacada a imprensa anarquista, principalmente entre 1918 e 1922, apontando a importância da criação de formas alternativas de poder dentro das fábricas enquanto estratégias de luta cotidiana.<sup>35</sup>

No segundo capítulo, o tema é a construção de um novo modelo normativo de mulher como parte da tentativa de imposição do modelo burguês de família. Segundo este modelo, “[à] mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio”.<sup>36</sup> Ela era representada como afetiva, mas assexuada; sua inserção no mercado de trabalho era limitada e também era uma forma de controle e vigilância; mesmo o movimento operário também obstaculizava a participação feminina nas entidades de classe, pois mesmo quando cobravam mais participação das mulheres nos movimentos reivindicatórios, era sempre enquanto filhas, esposas ou mães, subordinadas à liderança masculina; no entanto, enfatiza-se a resistência feminina, disseminada e tomando formas que não as convencionais da luta política dominada pelos homens, como divórcios e pedidos de anulação de casamentos, administração de

<sup>35</sup> *Ibid.*, Capítulo I. FÁBRICA SATÂNICA/FÁBRICA HIGIÊNICA, p. 15-60.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 62.

fazendas e pequenos negócios, casas próprias, não-amamentação, aborto, etc. O discurso médico-sanitarista representava a mulher como “guardiã do lar” e a maternidade como sua “missão sagrada, sua “vocação natural”, atacando assim o abandono infantil, a prostituição e a amamentação mercenária; as políticas médicas e criminológicas sobre a prostituição são vistas então como “simultaneamente *técnicas de saber e estratégias de poder* destinadas a enclausurar e a domesticar as práticas sexuais extraconjugais”.<sup>37</sup> E por fim, Rago aponta para as propostas anarquistas, que mesmo sem unidade absoluta de opiniões, a autora organiza em 3 núcleos de preocupações: a *emancipação da mulher*, com ênfase na instrução e na desmistificação da religião, no ataque à Igreja e ao Estado; as *relações afetivas*, pregando a recusa da moral burguesa sexual e familiar (crítica ao mito do amor materno, à assexualidade, ao casamento monogâmico, etc.); e as *práticas condenáveis*, tratando das críticas anarquistas sobre o carnaval, o álcool, o fumo, o futebol e a prostituição, que são vistos pela autora como uma recusa a lazeres alienantes promovidos pelas classes dominantes, como instrumentos pedagógicos visando a formação de um operariado combativo, e como mecanismo de autodefesa, procurando tirar do operário o estigma de vagabundo.<sup>38</sup>

O terceiro capítulo tem como temática a infância. Inicia falando da redefinição do estatuto da criança pelo poder médico, “paulatinamente separada e elevada à condição de figura central no interior da família, demandando um espaço próprio e [...] cuidados fundamentados nos novos saberes racionais da pediatria, da puericultura, da pedagogia e da psicologia”.<sup>39</sup> Esta redefinição seria pautada em três eixos principais de preocupação: a elevada taxa de mortalidade infantil, o problema do menor abandonado e a necessidade do médico na medicalização da família; assim, enfatiza-se uma intenção disciplinadora e a criança é pensada como porta de entrada para o poder-saber médico no interior da família nuclear burguesa, e apesar dos esforços médicos, pedagógicos e assistencialistas, o trabalhador infantil continuou a ser explorado. Em seguida, passa-se à abordagem do trabalhador infantil no imaginário operário, que se apropria da ideia de inocência e fraqueza da criança para denunciar o trabalho infantil na imprensa, isto figurando como uma luta dos trabalhadores adultos contra a competição com o trabalho infantil mais barato, e também uma luta pela integridade física e moral da criança, pretendendo enviá-la à escola, como a mulher ao lar. Depois enfatiza-se a resistência infantil, ao brincar, correr e conversar durante o horário de trabalho, através de fugas, e da participação e organização de greves. Por fim o

---

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 86.

<sup>38</sup> *Ibid.*, Capítulo II: A COLONIZAÇÃO DA MULHER, p. 61-116.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 117.

capítulo enfatiza a criança no discurso anarquista, que propunha uma pedagogia libertária, contra o poder, a disciplina e a hierarquia, propondo novas formas de convivência baseadas na cooperação, desenvolver a “espontaneidade criadora” da criança, um conhecimento baseado na experiência, uma escola laica e privada já que o Estado é visto como instrumento de classe, e uma educação *integral* procurando romper com as fronteiras entre trabalho intelectual e manual; tudo isso visando à formação do “homem novo”, pautado numa “nova concepção de política”, onde o objetivo não é a tomada do poder, mas a sua destruição.<sup>40</sup>

O último capítulo trata das estratégias sanitárias que a burguesia industrial, os higienistas e os poderes públicos promoveram procurando “instaurar uma nova gestão da vida do trabalhador pobre e controlar a totalidade dos seus atos, ao reorganizar a fina rede de relações cotidianas que se estabelecem no bairro, na vila, na casa e, dentro da casa, em cada compartimento”.<sup>41</sup> Trata-se de um projeto utópico de desodorização da cidade, uma política sanitária de purificação e também de demarcação precisa dos espaços e dos corpos. Através da metáfora do corpo orgânico para designar a cidade e a sociedade e das teorias sobre miasmas, germes e micróbios, os médicos sanitaristas investiam contra os cortiços, redefinindo o público e o privado e realocando a população pobre para as vilas operárias. A partir daí, o capítulo trata da disciplina dentro destas vilas, que além de ser um negócio lucrativo por meio da indução dos moradores a gastar nos estabelecimentos das fábricas e estratégias semelhantes, era também uma pedagogia totalitária que permitia que o *poder disciplinar* exercesse “um controle fino e leve” sobre o cotidiano dos trabalhadores. A seguir, principalmente a partir da década de 20, ter-se-ia um *outro regime disciplinar* baseado em uma burocracia impessoal, um corpo de especialistas que operavam o conceito de *pobreza-saúde-imoralidade* para pensar primeiro a habitação popular, e depois discutir a saúde dos incivilizados, diagnosticar e prevenir doenças, e do perigo da degenerescência deslocar o problema para a moral. As soluções encontradas eram baseadas nos modelos de cidade-jardim, como antítese do botequim, e do modelo “progressista” do modernismo europeu, estratégias de antiaglomeração. Por fim, o capítulo fala das imagens libertárias da cidade do futuro, ou seja, a denúncia anarquista ao “caráter marginalizador do projeto arquitetônico das classes dominantes”,<sup>42</sup> e, mesmo que não tenha havido um projeto propriamente dito, algumas imagens, como a inexistência da propriedade privada em uma imagem mais coletiva ou a

---

<sup>40</sup> *Ibid.*, Capítulo III. A PRESERVAÇÃO DA INFÂNCIA, p. 117-146.

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 163.

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 199.

solução individual, um espaço próprio onde o poder não chegaria; ideias consideradas revelações de um *saber operário* que não era consultado pelos dominantes.<sup>43</sup>

Na conclusão, *DCAL* identifica como uma *imposição dos dominantes* as estratégias de disciplinarização e de exercício da dominação que procurava dissimular-se e especializar-se, figurando em um investimento do poder *contra a vontade operária*. Isto se deu através das relações fabris, da redefinição dos papéis da mulher e da criança e também na criança como porta de entrada para o saber-poder médico, assistencial e posteriormente psiquiátrico. “A este conjunto de procedimentos disciplinares, os anarquistas e operários em geral se opuseram numa luta ferrenha, buscando realizar sua utopia de construção de um novo mundo, mais humano, mais justo, mais livre, onde todos teriam seus direitos de vida assegurados”.<sup>44</sup>

Para se pensar a articulação de Foucault e Thompson e esta “trama” de Rago, é importante considerar o contexto de produção de *DCAL* inserido dentro de um momento da historiografia brasileira na década de 1980.

## O LUGAR

Pensar este contexto de produção de *DCAL* implica considerarmos o *lugar social* (instituto, museu, arquivo, academia) de onde Rago escreve, que, para Michel de Certeau, não só determina a relação da escrita com o corpo social, mas, mais do que isso, possibilita, através da inserção do sujeito neste *lugar*, o dito e o não-dito do fazer historiográfico.<sup>45</sup> No caso de *DCAL*, é importante considerar a UNICAMP, que na década de 70 cria seu curso de mestrado em História, e em 1984, seu doutorado na área. Carlos Fico e Ronald Polito escrevem em 1992 *A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*,<sup>46</sup> pretendendo um trabalho de aspecto inicial e introdutório a um projeto mais amplo de caráter de balanço e levantamento de fontes para a pesquisa sobre a historiografia da década de 80. Esta pesquisa fornece fontes interessantes para se pensar o lugar da UNICAMP e da universidade em geral na produção historiográfica brasileira do período. Segundo os autores, a UNICAMP era, dentre os cursos de pós-graduação existentes no país na década,

<sup>43</sup> *Ibid.*, Capítulo IV: A DESODORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, p. 163-199.

<sup>44</sup> *Ibid.*, Conclusão, p. 205-206.

<sup>45</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes ; revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65.

<sup>46</sup> FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992.

uma das que tinham suas linhas de pesquisa mais definidas: sua área de concentração em *História do Brasil* concentrava *História de São Paulo; Movimentos Sociais no Brasil; Capitalismo e Agricultura; e o caso brasileiro de Formação do Trabalho Assalariado Urbano*.<sup>47</sup> Possuía uma biblioteca com mais de 70.000 títulos e mais de 500 assinaturas de periódicos,<sup>48</sup> além de ser “uma das poucas a manter um movimento de publicações dos trabalhos defendidos na pós-graduação em geral, com raros títulos de História”.<sup>49</sup>

A UNICAMP se insere, assim, em um contexto de consolidação dos cursos de pós-graduação nos anos 80 que, apesar de terem sido criados na década de 70, é ao longo da década seguinte que se configuram enquanto campo especializado do conhecimento histórico, tratando-se então da “consolidação de uma universidade em termos modernos, à qual coube a função produtora e em grande medida disseminadora do conhecimento anteriormente pulverizado ou reunido em torno de núcleos tradicionais, nacionais e locais, ou sob sua influência”.<sup>50</sup> Assim, temos na década de 1980 a criação de 5 mestrados (UNESP/Assis, UNESP/Franca, UFRGS, UNISINOS, PUC-RJ) e 4 doutorados (UFSC, UFF, UNICAMP, PUC-RS), completando o total de 16 cursos de mestrado e 5 de doutorado em História, um aumento de 75% em relação aos anos 70.<sup>51</sup>

O processo de crescimento da legitimidade da universidade enquanto produtora e divulgadora do conhecimento histórico aparece, por exemplo, na apresentação do primeiro número dos *Cadernos do ICHF-UFF*:

Nos dias de hoje, em que se faz necessário, mais do que nunca, construir um novo espaço, impõe-se a tarefa de compartilhar idéias, saberes e ações, de modo a buscar as opções e os questionamentos capazes de produzir *uma nova forma de vida acadêmica*. A *Universidade, com seu compromisso de produzir conhecimento e inventar novas práticas, deve possibilitar as mudanças que representem o desejo e as experiências de ação coletiva*.<sup>52</sup>

Assim, a universidade assume para si não só o compromisso de produzir conhecimento, mas também promover as inovações dentro da disciplina História,<sup>53</sup> “inventar novas práticas”,

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 38. No entanto a maior determinação das linhas de pesquisa ocorre nos anos de 1987 e 1988, com a criação de novas áreas de concentração em *História Social do Trabalho e História da Arte e da Cultura*, cada uma com novas linhas de pesquisa. *Ibid.*, Tabela 1.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 38.

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 52.

<sup>50</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 32-45. Reforçando a ideia, se na década de 1970 foram defendidos 309 trabalhos (275 dissertações e 34 teses), na década de 80 são 817 trabalhos (665 dissertações e 152 teses).

<sup>52</sup> Apresentação. *Cadernos do ICHF-UFF*, n. 1, jul. 1989, grifo meu.

<sup>53</sup> Aqui enfoca a disciplina História, porém este momento trata-se da consolidação da universidade como um todo no Brasil.

“produzir uma *nova* forma de vida acadêmica” – a ideia de novidade historiográfica assim tinha força particular dentro daquele contexto.

Junto com a consolidação dos cursos de pós-graduação, tem-se também o crescimento das associações universitárias, como, por exemplo, a Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH), que defende para si mesma uma “estreita vinculação com as Faculdades de Filosofia” tendo sua história paralela à delas.<sup>54</sup> A isto ainda acrescenta-se que “[...] os anos 80 superaram em grande parte os ‘impasses da dependência’ de uma pós-graduação marcada pelos *brazilianists* nos anos 70 [...], [consolidando] em grande medida, um corpo docente nacional”.<sup>55</sup> Surgem, também diversos periódicos de História,<sup>56</sup> e há um crescimento na publicação de livros de História pelas editoras do Brasil, o que mostra, por um lado, maior interesse pela história por parte do público em geral, e, por outro, o processo paulatino de ocupação do espaço de produção histórica pelos cursos de pós-graduação e pelas associações universitárias, de onde partem em geral estes periódicos e novas publicações. Na apresentação do primeiro volume da revista *História: Questões e Debates*, a Comissão Editorial diz:

Evidencia-se assim um outro objetivo, muito caro à APAH [Associação Paranaense de História]: estimular o diálogo entre a Universidade e a comunidade. Na trama em que se pretende tecer as questões e debates desta revista, propomos ainda inserir um outro elemento entre os articulistas convidados: os estudantes de História, na Universidade. Este tríplice diálogo – incluindo nele, enfatize-se, especialistas nas diversas ciências sociais interessados nos nossos problemas comuns – permitiria, de um lado, resolver algumas das contradições próprias de nossa estrutura de ensino e pesquisa, melhorar o ensino em todos os seus graus, melhor vivenciar os problemas comuns às ciências humanas, além de desenvolver novas propostas.<sup>57</sup>

Defende-se, assim, um triplo diálogo entre corpo docente, comunidade e alunos, porém com a orientação legitimadora de especialistas, a fim de resolver as contradições da área.

É esta conjuntura que leva Fico e Polito a argumentarem que a década de 80 é a da *consolidação* da universidade como centro principal do conhecimento histórico, com a ampliação destes espaços de produção e divulgação. No entanto, os autores alegam que apesar desta consolidação há diversos problemas nos cursos de pós-graduação, como a falta de uma definição mais coesa do termo *linhas de pesquisa*, tendo-se alguns cursos com linhas de pesquisa muito específicas e fechadas e outros com definições vagas demais; uma disparidade muito grande entre a qualidade dos diversos cursos de pós-graduação; no caso dos periódicos,

<sup>54</sup> CANABRAVA, Alice Piffer. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. In.: *Revista Brasileira de História*, n. 1, São Paulo, mar. 1981, p. 3.

<sup>55</sup> FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*, op. cit., p. 59.

<sup>56</sup> Fico e Polito registraram 68 periódicos, 26 exclusivamente de História. *Ibid.*, p. 61-62.

<sup>57</sup> *História: Questões e Debates*. v. 1, n. 1, Curitiba, nov. 1980, p. 6.

problemas de financiamento, durabilidade e distribuição/circulação das revistas, além de longa demora entre o recebimento dos artigos originais e sua efetiva publicação, fazendo com que “a publicação de trabalhos na área de História talvez tenha como finalidade conferir prestígio ao autor, mais do que assegurar prioridades, uma vez que envolve principalmente um problema de interpretação, de visão teórica e metodológica, do que propriamente de descoberta”.<sup>58</sup>

Do ponto de vista temático, Fico e Polito fazem uma diferenciação entre História Social, Econômica, Política, Demográfica e da Cultura. Dentro destes, possuía grande destaque no período a *História Social*, com o maior número de trabalhos em teses, dissertações e artigos, e sendo a segunda temática preferida em livros editados, perdendo apenas para a *História Política*. Sobre esta *História Social*, os autores a definem como a história que “engloba estudos sobre estrutura social, condições de vida de determinados grupos sociais, movimentos sociais, cotidiano, artes, literatura, família, mulheres, criança, sexualidade, mentalidades, temas que perpassam 150 trabalhos”.<sup>59</sup> Percebe-se aqui que a definição dos autores é bastante abrangente, englobando desde abordagens mais clássicas de estruturas e movimentos sociais a temas considerados na época renovações temáticas da *Nova História*, como cotidiano e mentalidades, e que alguns autores procuram situar em polos opostos de um debate.<sup>60</sup> Isto se daria, segundo os autores, principalmente porque as novas preocupações temáticas da *Nova História*, apesar de serem pouco expressivas numericamente no que se refere a novos objetos (cerca de 5% dos trabalhos – a exceção é nos livros de história publicados, com cerca de 15%), atingiram um número bem maior na renovação metodológica de temáticas antigas como o movimento operário (em parte, o caso de *DCAL*).<sup>61</sup>

Contudo, os autores apontam como uma das principais dificuldades a ausência ou pequena expressividade de trabalhos teóricos em história, nas teses, dissertações, artigos e livros publicados. Eles enfatizam esta “pobreza teórica” a despeito de um discurso sobre uma

---

<sup>58</sup> FERREZ, H. D. *apud* FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*, op. cit., p. 62-63. Fazendo eco a constatação, assim discorre o primeiro número da *Revista do Departamento de História – FAFICH/UFMG*: “Este é o primeiro número de uma revista que o Departamento de História da UFMG pretende tornar anual. Sua publicação prevista para março deste ano, atrasou-se, prejudicando a lista de livros publicados no texto de Maria Efigênia, mas não a invalidou, daí a permanência do trabalho no corpo da Revista. Dificuldades financeiras só puderam ser superadas, permitindo esta edição, com a ajuda de empresas amigas que aceitaram financiar o Departamento de História nesta tentativa de criar o seu espaço editorial. Agradecemos ainda ao Diretor da FAFICH/UFMG pela cobertura de parte dos gastos que nos oneraram com o atraso da publicação”. nov. 1985.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 56.

<sup>60</sup> Vide item *A crise*, p. 24.

<sup>61</sup> FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*, op. cit., p. 52.

“renovação historiográfica” nos anos 80: ao contrário desta “impressão generalizada” de renovação, a grande maioria dos trabalhos seguiriam, segundo os autores, caminhos considerados tradicionais na historiografia; haveria (com exceção de poucas iniciativas como a linha de pesquisa em Teoria e Metodologia em História na UFRGS) um desencorajamento a teses e dissertações que enfatizem apenas discussões teóricas sem a pesquisa empírica, o que por vezes figurava como um “fetiche pelo arquivo”; poucos artigos e teses tratavam de discussões teóricas e muitas vezes os trabalhos de história tinham longos capítulos teóricos iniciais com pouca relação com o resto do trabalho.

Contudo, há textos, sobretudo de caráter de balanço da época, que trazem como tema um debate teórico na historiografia da década,<sup>62</sup> balizado principalmente por duas ideias chave: a de *crise da razão histórica* e a da *Nova História*.

## A CRISE

Ana Maria de Oliveira Burmester aponta que a principal questão que a História procurava responder na década de 1970 era a “do modo de ser do capitalismo no Brasil”,<sup>63</sup> daí o destaque para a temática da Revolução. Se essa era a conjuntura nos anos 70, o que aparece nos balanços historiográficos dos anos 80 é a discussão entre a chamada *Nova História*, defendendo uma ampliação do leque temático e metodológico do historiador enquanto renovação do procedimento historiográfico, e o *diagnóstico da crise da razão histórica*, que vê na *Nova História* um reflexo, algumas vezes modista e passageiro, de uma crise da ideia de razão enquanto norteadora, não só da produção do conhecimento histórico, mas também da humanidade. Parece-me que esta discussão, quer seja negada, relativizada ou reforçada pelos balanços historiográficos, é o cerne da antítese que viria a ser naturalizada entre *moderno* e *pós-moderno* na discussão historiográfica nas décadas posteriores – que Wagner Geminiano dos Santos entende como a elaboração de lugares de demarcação do *métier* do historiador no Brasil, relacionado intimamente com uma crescente “autonomia da crítica historiográfica

---

<sup>62</sup> O recorte neste trabalho é a historiografia brasileira. Não abordo aqui os debates historiográficos em voga nos anos 80 fora do Brasil, apesar de considerá-los também de grande importância e em diálogo com a historiografia brasileira. Abordar isso, contudo, demandaria por si só outro trabalho.

<sup>63</sup> BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. *A (dês)construção do discurso histórico: a historiografia brasileira dos anos 70*. 2ª ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998, p. 97.



dentro do campo da disciplina História”.<sup>64</sup> No entanto, é neste debate dos anos 80 entre *Nova História e crise da razão* que Margareth Rago e outros historiadores da década, sobretudo os da UNICAMP, se encontram, o que fornece pistas interessantes para se pensar o casamento de Foucault com Thompson em *DCAL*.<sup>65</sup>

Passo a alguns argumentos desse debate. Fico e Polito definem a *Nova História* como

[...] o conjunto de trabalhos de produção recente que aborda temas até então não pesquisados, especialmente relacionados com a mentalidade coletiva, com a magia, com a sexualidade dentre outros. Estes trabalhos também têm em comum o questionamento dos postulados epistemológicos excessivamente deterministas e objetivistas que se identificam com posturas por isso mesmo caracterizadas como científicas.<sup>66</sup>

Nesse sentido, a definição essencial da *Nova História* é a de novas temáticas. Sobretudo, para Fico e Polito, o questionamento epistemológico de posturas deterministas e objetivistas viria em segundo plano e, mais do que isso, teria como função mais legitimar estas novas temáticas na ordem do dia que questionar ou propor uma verdadeira renovação historiográfica. Os autores, no entanto, dizem que, apesar disso, havia uma impressão generalizada de que estes novos temas consistiam em uma renovação da produção histórica:

Assim, se quisermos reconstruir o ‘imaginário’ sobre a produção histórica na segunda metade dos anos 80, veiculado pela mídia, teríamos o seguinte, jovens historiadores notadamente da UNICAMP, contrapõem-se aos ‘dogmatismos’ teóricos, sobretudo marxistas, e operam uma renovação teórica da História que impõe um redirecionamento das pesquisas através do abandono de ‘velhas noções estabelecidas’ e da busca de novas temáticas. Como se vê, há mais equívocos que acertos nessa percepção.<sup>67</sup>

O principal equívoco deste imaginário, para Fico e Polito, seria que a ampliação temática da década de 80 não era uma verdadeira renovação epistemológica uma vez que este grupo de historiadores não configurava “um grupo homogêneo”. Assim, percebe-se para os autores a ideia de que uma renovação na historiografia, por um lado, precisaria ser teórica e não temática; por outro lado, precisaria ter um programa mais ou menos definido, uma certa homogeneidade no tipo de abordagem dos historiadores do novo grupo – enfim, propor um novo *paradigma* para a historiografia, o que, segundo eles, não foi feito.

<sup>64</sup> SANTOS, Wagner Geminiano dos. A invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-moderno. In.: *Revista de Teoria da História*, ano 3, n. 7, jun/2012, p. 128.

<sup>65</sup> Não quero apontar a questão da *crise da razão* e da *Nova História* nem como filha da década de 80 ignorando um processo, nem como uma particularidade brasileira desconectada das renovações teóricas, temáticas e metodológicas acontecendo em outros países. Na verdade, este trabalho não pretende se debruçar nestas questões. Meu objetivo aqui é apenas buscar, no recorte que fiz (década de 80), elementos em voga na escrita da história que me ajudem a pensar a apropriação de Foucault por Margareth Rago em *DCAL*.

<sup>66</sup> FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*, op. cit., p. 162.

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 161.

De maneira diversa, Michel Zaidan Filho define a *Nova História* como dois tipos de estudos diferentes. Em primeiro lugar,

os estudos [...] que reivindicam o pensamento de Michel Foucault. Aliás, de um certo Foucault. Aquele ‘pós-estruturalista’, da ‘craterologia’ sem sujeito (não o do último volume da *História da Sexualidade*). Nesta linha de análise, se redescobriram no Brasil os loucos, os homossexuais, as prostitutas, os leprosos, etc. Foucault foi transformado, *malgré lui* no *maitrê-à-penseur* desses estudos micrológicos, fragmentários. E tudo isso, em nome da revolta ‘anarquista’ contra o império de uma razão tecnocrática, normatizadora, disciplinar.<sup>68</sup>

Nesse tipo de estudo, a renovação temática (loucos, homossexuais, prostitutas, leprosos) anda em conjunto com uma nova abordagem epistemológica, que dissolve o sujeito histórico em um pós-estruturalismo identificado com a fase genealógica da obra foucaultiana. Para o autor, esta busca de Foucault é a maneira da história, através destes estudos micrológicos, se revoltar contra a *razão*.

Em segundo lugar, os estudos relacionados com

a moda da ‘nouvelle histoire’, com sua pluralidade de métodos, pluralidade de objetos. O fascínio pelo brilho dos temas não usuais, heterodoxos, tradicionalmente desprezados pela historiografia ‘moderna’. Assistimos então a um assalto pela miríade das novidades temáticas que vão desde o sexo, o prazer, a moda, o cheiro até o sonho e a feitiçaria.<sup>69</sup>

Este tipo de estudo também careceria de uma homogeneidade epistemológica sendo principalmente uma tendência temática, com caráter de “moda”.

Os dois tipos de estudo teriam em si um elemento em comum fundamental: a crítica à *razão histórica*. Nesse sentido a *Nova História* corresponde a uma *crise de paradigma*, um “novo surto de irracionalismo”, “apologia orgiástica do sem sentido, da desrazão”. Esta crise de paradigma responderia a razões de ordem interna e externa: tem-se que no Brasil, “[a] modernização monopolista do país, operada pelos militares nos últimos decênios, nos legou uma sofisticada *indústria cultural*”, o que explicava a busca de autores estrangeiros como Foucault e Walter Benjamin.<sup>70</sup> Estes por sua vez, do ponto de vista externo, eram filhos de um contexto de *crise da modernidade*, que Zaidan Filho entende como “fruto das contradições do capitalismo monopolista de Estado e do socialismo realmente existente”.<sup>71</sup>

<sup>68</sup> ZAIDAN FILHO, Michel. *A crise da razão histórica*. Campinas: Papirus, 1989, p. 23.

<sup>69</sup> *Ibid.*

<sup>70</sup> *Ibid.*, p. 25.

<sup>71</sup> *Ibid.*, p. 20.

A esta crise deste paradigma que Zaidan Filho chama de modernidade, haveria uma resposta *pós-moderna*, que se pretenderia, talvez sem sucesso, um novo paradigma, caracterizada em um quadro referencial baseado em 4 pontos: 1. A “desreferencialização do real”: cuja origem se encontraria, para o autor, na ação da mídia ao reduzir tudo a representações, simulações da realidade; 2. O “caráter intertextual da historiografia”, que reduziria toda a “realidade objetiva” ao discurso, fazendo com que o conhecimento se resumisse a partir de um texto sobre outro texto; 3. A “dessubstancialização do sujeito”, esfacelado pelas “múltiplas e diferentes imagens produzidas pela indústria cultural” da sociedade de consumo; e 4. O “retorno ao estudo do microcosmos”, pois com a desmaterialização do sujeito vem a fragmentação do social, “onde o mundo histórico se torna um caleidoscópio de micro-objetos sem orientação conjunta”.<sup>72</sup> A partir deste quadro, Zaidan Filho faz um *diagnóstico da crise do paradigma da modernidade*, paradigma este diretamente vinculado à *razão histórica*, e aponta o *pós-modernismo* como uma tentativa de estabelecer um novo paradigma. Porém o autor questiona a validade desta tentativa e a capacidade do *pós-moderno* conseguir de fato estabelecer um paradigma novo.

Em consonância com essa ideia, Astor Diehl também contesta o *pós-moderno* como alternativa à *crise de valores orientadores*, uma vez que o termo em si seria falho: os elementos do *pós-moderno* já se encontravam na modernidade, “estavam somente disciplinados, sob o manto do método racional moderno”.<sup>73</sup> Diehl explica a “crise das idéias [sic] de progresso, de um progresso linear extirpado de seus trágicos” através da experiência da ditadura militar e do “esvaziamento institucional-universitário pelas reformas introduzidas e pela efetiva caça às ‘bruxas’”; de “diagnósticos radicais [que] rompem com a era desenvolvimentista e do reformismo populista”, levando as pesquisas a se voltarem para as classes e estruturas sociais e o debate sobre a dependência econômica e cultural;<sup>74</sup> e de uma crise do ideal de progresso oriunda do “potencial de destruição das condições ecológicas da sobrevivência humana” e de um sentimento de insegurança em relação ao futuro: assim “tudo passa a ser suspeito, inclusive a razão histórica”.<sup>75</sup> A explicação final de Diehl sobre o porquê de esta crise não ter dado seguimento a novas concepções orientadores se encontraria na existência de tendências, no pensamento histórico brasileiro, “contrárias à evolução histórica

<sup>72</sup> *Ibid.*, p. 20-22. Tal quadro referencial aparece praticamente nas mesmas palavras em DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira*. Porto Alegre: Evangraf, 1993, p. 143-144.

<sup>73</sup> DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica nos anos 80*. op. cit., p. 177.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 178.

<sup>75</sup> *Ibid.*, p. 179.

rumo às grandes sínteses”, tendências estas que são frutos dos altos custos sociais e culturais da modernização do país.<sup>76</sup> Por fim, esta conjuntura é criticada pelo autor, pois “[...] se a ciência histórica não (re)estruturar seus modelos tradicionais de interpretação do passado, ela corre o risco de servir única e exclusivamente para a legitimação de grupos ‘dominantes’ e ‘dominados’ e de assumir o carácter [sic] unicamente academicista, o que significaria perder sua relação dialética com a realidade sócio-cultural [sic]”.<sup>77</sup>

Do outro lado do debate, temos a própria Margareth Rago defendendo a década de 1980 como uma década de renovação historiográfica, em oposição à repressão cultural imposta pela ditadura nas duas décadas anteriores. Segundo ela,

Ainda que sob forte abafamento político no País, vivemos, ao mesmo tempo e contraditoriamente, um período de florescimento cultural e intelectual em muitos campos, como na música e no teatro, o que se explica, em grande parte, pelo próprio crescimento urbano-industrial, pela expansão do mercado editorial, publicitário e artístico, pelo desenvolvimento das telecomunicações em todo o País e, especialmente, pelo relativo fortalecimento econômico das camadas médias.<sup>78</sup>

Junto com isso teríamos a emergência de novos grupos sociais, étnicos e sexuais trazendo novas questões e reivindicações, contribuindo para um desenvolvimento de novas temáticas, “das questões femininas e do gênero à masculinidade, da sexualidade às relações raciais, da história do público ao privado, da ciência à religiosidade e à magia, da cultura erudita à popular e à mídia, da história social à cultural”, etc.,<sup>79</sup> procurando se atualizar em relação às inovações que se produziam no exterior, o que explicaria a descoberta de autores como Thompson, Foucault, Benjamin e Castoriadis. A partir daí teríamos uma série de inovações teóricas e metodológicas de fato: a “concepção de história mais como discurso que como encontro com os próprios fatos”, o documento é buscado “não mais como espelho do real, mas sim como monumento”, a “incorporação da subjetividade” no fazer historiográfico, a “preocupação em captar mais integralmente os fenômenos históricos e as ações individuais ou coletivas na trama de complexas relações sociais”, e uma maior “flexibilidade e ecletismo teórico”, figurando-se assim em um momento de renovação de fato.<sup>80</sup>

Creio que se pode dizer, grosso modo, que temos, de um lado, aqueles que entendem a *Nova História* como sintoma ou tentativa de resposta a uma *crise da razão histórica*,

<sup>76</sup> *Ibid.*, p. 180.

<sup>77</sup> *Ibid.*, p. 182.

<sup>78</sup> RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. In.: *Anos 90*, n. 11, jul. 1999, p. 73.

<sup>79</sup> *Ibid.*, p. 74.

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 91-93.

diretamente relacionada com o declínio da ideia de progresso e da capacidade da história estabelecer um paradigma capaz de representar o passado e a si mesma – assim, as renovações teóricas, metodológicas e temáticas da *Nova História*, quer sejam exaltadas, quer sejam criticadas, são entendidas como uma resposta ou manifestação da crise. E, de outro lado, temos aqueles que veem na *Nova História* nada mais que uma ampliação temática, cujos questionamentos aos trabalhos anteriores respondem ao contexto de efervescência social e redemocratização dos anos 80, questionamento da razão militar ou disciplinar e valorização da resistência operária, porém, com críticas que não representariam uma mudança de paradigma ou mesmo uma quebra de paradigma do ponto de vista teórico. Nesse sentido, o termo *Nova História* era uma tentativa de reforçar a ideia do *novo*, de uma renovação historiográfica que estabeleceria novas bases epistemológicas inaugurando uma nova etapa na história da história no Brasil; isto, porém, mais enquanto discurso legitimador destas novas temáticas e da crítica à razão que como uma renovação teórica de fato. De modo geral, os autores que refletem sobre o tema não identificam uma proposta homogênea e coerente o suficiente para o estabelecimento de um novo paradigma, com posturas muito ecléticas que se definem basicamente pelo inusitado de propostas temáticas e a crítica ao paradigma anterior.

Dentro deste quadro, me parece que ambas as abordagens enfatizam por demasiado a necessidade de uma homogeneidade necessária para que historiografia posterior respondesse satisfatoriamente aos questionamentos da modernidade. A crise da *razão histórica* ou a crise da *modernidade* é sempre vista como uma crise de *paradigma*, este último enquanto “um conjunto de princípios e teorias sobre a estrutura da matéria que são aceites sem discussão por toda comunidade científica”.<sup>81</sup> Haveria assim a ideia de que se tinha um consenso teórico na historiografia anterior aos anos 80, mesmo que não absoluto ou aceito por todos, mas figurando, no mínimo, em uma homogeneidade ou uma proposta singular, coerente, total. Em segundo lugar, ter-se-ia que para superar este *paradigma* seria necessário o estabelecimento de um novo, uma nova proposta fechada e bem definida neste sentido. Creio, como Rago, que, se de fato a *Nova História* não faz mais do que questionar este *establishment* marxista ou determinista dos anos 70, a multiplicidade de respostas a este questionamento é a verdadeira renovação – uma abertura das fronteiras da disciplina história, em diálogo com um momento de efervescência social e política, com uma consolidação da história dentro das universidades, e com a instauração de um novo debate marcando novas fronteiras teóricas e metodológicas no campo historiográfico.

---

<sup>81</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Lisboa: Afrontamento, 1996, p. 21.

Não procuro também separar tão marcadamente, como fazem Fico e Polito, o discurso da *Nova História* e sua prática de fato, sobretudo porque, como Foucault, penso que os discursos *são* práticas, práticas discursivas,<sup>82</sup> e esta autodefinição, esta maneira como historiadores viam a si mesmo e procuravam se mostrar para os outros, é uma forma de constituição da própria identidade além de orientar práticas: é a ideia do *novo*, da necessidade de inovação historiográfica no período que norteia a busca por novas fontes, novas temáticas e novas abordagens. Dá-se início, assim, a uma discussão que será levada adiante ao longo das décadas seguintes, e, inclusive naturalizada nos debates entre o *moderno* e o *pós-moderno*. Nesse sentido, de forma parecida a Wagner Geminiano dos Santos, penso que, quer o *diagnostico da crise*, quer a *Nova História*, ao inaugurar este debate, estão paulatinamente definindo fronteiras epistemológicas na historiografia do Brasil e, assim, a historiografia utiliza este debate para criar seu próprio espaço enquanto um *campo* de saber legítimo e relativamente autônomo dentro da disciplina História.

Resta agora pensar a UNICAMP dentro deste novo debate em voga, e Foucault dentro do espaço de produção histórica que era a UNICAMP.

## FOUCAULT

Na década de 1980, a ênfase primordial nos trabalhos de história, em particular na UNICAMP, era História Social.<sup>83</sup> As próprias linhas de pesquisa da faculdade, como vimos, mostram esta ênfase. Carlos Fico e Ronald Polito identificam a UNICAMP como um centro efervescente desta renovação historiográfica, pelo menos no discurso vinculado pela mídia (citam-se nomes como Maria Stella Martins Bresciani, Italo Tronca, Silvia Hunold Lara, Maria Odila Leite da Silva Dias, Laura de Mello e Souza e Nicolau Sevcenko, dentre outros).<sup>84</sup> Uma autopercepção de historiadores dos anos 80 como renovadores de abordagem de temáticas da história social – por exemplo, o movimento operário – fica nítida no prefácio à 2ª edição de *Trabalho, lar e botequim*, de Sidney Chalhoub:

---

<sup>82</sup> “O que é então que Foucault entende por discurso? Algo muito simples: é a descrição mais precisa, mais concisa de uma formação histórica em sua nudez, é a atualização de sua última diferença individual” VEYNE, Paul. *Foucault, seu pensamento, sua pessoa*, op. cit., p. 16-17. “Cada um destes discursos sucessivos se vê implicado nas leis penais, nos gestos, nos costumes e até mesmo nos edifícios que o põem em funcionamento e formam o que Foucault chama de dispositivo”. *Ibid.*, p. 20.

<sup>83</sup> FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*, op. cit., p. 56.

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 161.

O tempo e lugar de um livro<sup>85</sup> explicam muito de seu feitio. A pesquisa e a redação deste aqui ocorreram em meio a um turbilhão político contínuo: ressurgimento dos movimentos sociais de massa no país, luta pela derrubada da ditadura militar, anistia, redemocratização, eleições para governador, campanha para as Diretas-Já. [...] Era um momento histórico raro, desses que a crença no futuro vira experiência coletiva. À história vivida pertencia também a empreitada de produzir conhecimento histórico. Surgiam novos programas de graduação, os debates teóricos alargavam-se, possibilidades de pesquisa e exploração de fontes inéditas apareciam a cada dia. O que lembro deste livro e daquela época é de um estado de excitação política e intelectual constante, que parecia mais do que idiosincrasia individual.

Penso que o autor de *Trabalho, lar e botequim* formulava, ao lado de outros estudiosos do período, uma crítica à maneira como a sociologia e a historiografia sobre movimentos sociais em geral, e sobre movimento operário em particular, “representavam” os trabalhadores e sua experiência histórica, isto é havia a tendência de reduzir a história dos trabalhadores àquela dos movimentos políticos organizados, julgados todos a partir de um modelo determinado de desenvolvimento da “consciência de classe”.<sup>86</sup>

Aqui, escrevendo em 2001, Chalhoub reforça um contexto de efervescência política e intelectual na década, impulsionando um grupo de historiadores a se colocar contra uma história dos trabalhadores determinista e esquematista. Esta renovação foi buscada principalmente através de Thompson, fazendo inclusive Chalhoub falar de uma “thompsonia” na UNICAMP.<sup>87</sup> Em reforço a isso, diz Edgar de Decca:

Na verdade, quem introduziu uma vasta literatura inglesa nos cursos universitários de História fomos nós da UNICAMP. A UNICAMP de fato não seguiu a escola francesa dos *Annales*, que dissimulava a luta de classes. Nós queríamos uma escola historiográfica que falasse da luta de classes e isso era a escola inglesa; a história marxista dos historiadores ingleses.<sup>88</sup>

É importante ressaltar que ambos os autores alegam isto em outro momento, tratando-se então de uma memória construída *a posteriori*, uma identidade que este grupo de historiadores cria de si. Contudo, esta postura se relaciona em muito com o que Margareth Rago chama, também de um “descortinar de novos possíveis” na década,<sup>89</sup> impulsionado pelo contexto de redemocratização, redescoberta do anarquismo e efervescência de movimentos políticos e sociais, como as Diretas Já ou o novo sindicalismo. Aliás, Marcelo Badaró Mattos defende que a elaboração de Thompson da classe social como processo e relação, em *A formação da classe operária inglesa*, surge no Brasil principalmente a partir de estudos

<sup>85</sup> A versão inicial de *Trabalho, lar e botequim* foi uma dissertação de mestrado defendida na UFF em 1984 (mesmo ano de *DCAL*). Após o mestrado, ele entra no doutorado na UNICAMP.

<sup>86</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed., Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2001, p. v-vi.

<sup>87</sup> QUADROS, Carlos Fernando de. *A polêmica historiográfica como um espaço de embate teórico e político: o caso de Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Sívila Lara*. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFRGS, Porto Alegre, 2011, p. 41.

<sup>88</sup> DECCA, Edgar de. *apud* QUADROS, Carlos Fernando de. *A polêmica historiográfica como um espaço de embate teórico e político*. op. cit., p. 39.

<sup>89</sup> RAGO, Margareth. *As marcas da pantera: Foucault para historiadores*, op. cit., p. 24.

sociológicos sobre este “novo sindicalismo” de 1978 em diante, e com a mesma característica de *DCAL*: o uso concomitante com Foucault.<sup>90</sup> É, aliás, a mesma conjuntura de contestação social utilizada para explicar a thompsomania que Margareth Rago retoma para explicar, também, o impacto de Foucault. No entanto, a UNICAMP posteriormente reivindica para si um caráter forte de “thompsonianismo” e a ênfase na História Social – não é a toa que Foucault quando chega, é utilizado teoricamente dentro desta temática.

Como pensar então o uso de Foucault dentro deste ambiente tão marcadamente de História Social e com grande recepção de Thompson, no Brasil e na UNICAMP? Retomo um pouco a recepção de Foucault no Brasil: Comentando essa recepção, Astor Diehl define dois pontos de referência para ela: o primeiro foi “a presença de Foucault no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, onde lecionou por duas vezes (1965 e 1975)”, e o segundo foi “a tentativa de sistematização da discussão em torno da obra foucaultiana [...] no Colóquio realizado em 1985”.<sup>91</sup> Através desta ênfase em São Paulo, Diehl negligência a recepção de Foucault em outros locais, sobretudo no Rio de Janeiro através de conferências na PUC-RJ em 1973,<sup>92</sup> ou de Roberto Machado, que organiza e traduz *Microfísica do Poder*, por exemplo.<sup>93</sup>

Ao falar de Foucault, Diehl aponta para a forma fragmentária com que a historiografia brasileira recebe Foucault, transformando-o em uma vulgata ao comparar o discurso foucaultiano ao marxista. Assim, a recepção se concentra na desmontagem dos mecanismos de poder. Para Diehl, isto é operado “numa época em que as formas de repressão do Estado e de suas instituições especializadas na repressão apresentavam-se no auge, ou seja, no final dos anos 60 até meados dos anos 70”. Assim, “Evidencia-se uma gama ampla de temas: escravos, mulher, castigos, literatura, doenças, sexo, ciência, instituições políticas”.<sup>94</sup>

Ele aponta como a principal causa desta recepção, uma crise de significação: enquanto a sociedade passava por uma mudança estrutural esperava-se que as ideias sobre o passado

<sup>90</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. In.: *Revista Outubro*, n. 14, 2006, p. 89.

<sup>91</sup> DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica nos anos 80*. op. cit., p. 118. O Colóquio foi publicado em RIBEIRO, Renato J (org.). *Recordar Foucault*, SP: Brasiliense, 1985.

<sup>92</sup> FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*, trad. Roberto Machado, Rio de Janeiro: Nau, 1996.

<sup>93</sup> Roberto Machado também coescreve *Danação da norma: medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil em 1978* (Rio de Janeiro: Graal), e seu publica uma versão em português do seu doutorado (1981): *Ciência e Saber. A Trajetória da Arqueologia de Foucault em 1982* (Rio de Janeiro: Graal). A própria Margareth Rago afirma que Foucault foi primeiro lido no Brasil através dos textos sobre o poder traduzidos e organizados por Roberto Machado e reconhece que em seus balanços ela foca São Paulo e omite trabalhos cariocas. RAGO, Margareth. *As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea*. op. cit., p. 122.

<sup>94</sup> DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica nos anos 80*, op. cit., p. 122.



fundamentassem o progressismo modernista, mas, ao contrário do que se esperava, os projetos de modernização, junto com a noção de modernidade, estavam em fogo cruzado.<sup>95</sup> O primeiro fator explicativo dessa crise de significação seria o “desenvolvimento desigual das forças produtivas”: a convivência entre diferentes estruturas sociais (avançadas e não-avançadas) somadas à explosão demográfica acentuando as tensões sociais e o desenvolvimento de uma modernidade para poucos, mas inexistente para o conjunto da sociedade dariam origem aos questionamentos da pós-modernidade.<sup>96</sup> Segundo o autor,

A crítica à modernidade [...] abarca, de forma demolidora, o controle que a moderna ciência histórica faz do passado. A ciência histórica se orienta em saberes de controle e exclusão dos custos culturais da modernização da sociedade, bem como das potencialidades capazes de se oporem dialeticamente ao processo [...]. Razão pela qual a posição de Foucault adquire um papel especial na crítica à modernidade e na crítica dos saberes.<sup>97</sup>

Por fim, Diehl explica esta crise de significação recorrendo quase que na íntegra ao quadro referencial de Michel Zaidan Filho, já citado acima, (*desreferencialização do real; caráter intertextual da historiografia; dessubstancialização do sujeito; retorno ao estudo do microcosmos*).<sup>98</sup> Tal explicação, como apontei antes, me parece que falha ao considerar os movimentos historiográficos como reflexos ou efeitos de processos externos, de forma demasiadamente mecanicista, desconsiderando a dinâmica interna do campo historiográfico, que possui sua lógica própria mesmo que não totalmente autônoma.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior toma as contribuições de Foucault à historiografia (em geral e não apenas brasileira) apontando elementos que impactam de certa forma as bases do conhecimento em história: a crítica às essências, a história como uma tarefa interpretativa, o papel do acaso e a imprevisibilidade da história, a crítica à imparcialidade do historiador e a história enquanto discurso fabricado, inventado e fictício, a história enquanto jogo. Desta forma, ele aponta para a dificuldade de Foucault atingir os historiadores, criticando aqueles que foram avessos a ele (não no sentido de não concordar, mas não ceder espaço), criticando também trabalhos historiográficos “da melhor qualidade” no campo:

Mesmo quando nos nomeamos historiadores do cotidiano, micro-historiadores ou historiadores dos excluídos, não perdemos nossa mania de grandeza: o moleiro friulano torna-se o representante de uma classe o representante de nosso humanismo meta-histórico; o rei africano desterrado torna-se o representante de uma etnia em luta por sua libertação; o líder

---

<sup>95</sup> *Ibid.*, p. 140.

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 141.

<sup>97</sup> *Ibid.*, p. 142-143.

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 143-144.

operário é travestido de salvador da humanidade; o triângulo amoroso carioca torna-se representante da resistência operária”.<sup>99</sup>

Em outro artigo, Albuquerque Júnior vai dar centralidade, dentro das contribuições foucaultianas à historiografia, a procedimentos de análise utilizados por Foucault que “rompem com a pretendida separação proposta pela modernidade entre o discurso científico, o discurso ético ou moral e o discurso político ou ideológico”.<sup>100</sup> Estes procedimentos de análise o autor define como a busca dos limites dos valores e das verdades da atualidade: um “olhar de fora”:

A história e a loucura, as duas juntas constituem procedimentos heurísticos que serão importantes em toda a obra foucaultiana. Olhar de fora o seu tempo, olhar a sociedade em que se vive de suas margens, perscrutar os limites dos valores e dos projetos em que nos engajamos e no qual nos reconhecemos como sujeitos, seriam os objetivos a que se propôs Foucault em todo o seu percurso. Olhar para os seres invisíveis, para aqueles que são silenciados, entendendo como e por que este silêncio foi produzido, seria uma tarefa a ser cumprida pelos intelectuais.<sup>101</sup>

Assim, ao falar da relação entre Foucault e historiografia, Albuquerque Júnior priorizou o apontamento de ideias foucaultianas que são ou poderiam ser caras a historiografia, deixando de lado a apropriação destas ideias.

Margareth Rago propõe um balanço do “impacto” de Foucault na historiografia brasileira.<sup>102</sup> Segundo ela, Foucault “Amplia o campo da investigação histórica e das fontes documentais para temas como a higienização das cidades, a medicalização dos corpos, a disciplina fabril, políticas do corpo, sexualidade e outros”.<sup>103</sup> Propõe, então, situar três momentos em que o pensamento de Foucault impactou a historiografia brasileira: O primeiro caracterizar-se-ia pelo “privilegiamento da concepção de poder como positividade”; o segundo remeteria à questão da “eliminação do sujeito como agente histórico fundamental, produtor central dos acontecimentos sociais”; o terceiro veria entrar em cena reflexões sobre os “modos de subjetivação e seus processos diferenciados”.<sup>104</sup>

<sup>99</sup> *Ibid.*, p. 85.

<sup>100</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A Loucura da História: ciência, ética e política no pensamento de Michel Foucault*. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/academico/artigos.htm>>, abril de 2012, p. 2.

<sup>101</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>102</sup> RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores, op. cit.; RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira, In: *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 7, n<sup>os</sup> 1-2, out. 1995

<sup>103</sup> RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores, op. cit., p. 22

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 23.

Desta forma, Rago diz que a historiografia brasileira inverteu cronologicamente o caminho da produção do autor: “enquanto este passou da análise arqueológica das formações discursivas para a genealogia das relações do poder, nós o encontramos inicialmente em seu *principal estudo histórico propriamente dito, Vigiar e punir*, para, mais tarde, procurarmos suas formulações anteriores”.<sup>105</sup> Evidencia-se aqui o que, para Rago, seria o momento mais “histórico” dentro da polimorfa obra de Foucault: o livro *Vigiar e punir*, o que por si só já é questionável e reflete uma leitura específica e particular de Foucault.

O primeiro impacto de Foucault, para Rago, se daria então através da noção de poder disciplinar e da microfísica do poder, inserindo a aproximação de Foucault pela historiografia brasileira, juntamente com a redescoberta do anarquismo, no contexto de “descortinar de novos possíveis, na virada da década de 1970 para a de 1980”, antes mencionado.<sup>106</sup>

Em outro texto, Rago divide em dois tipos as reações dos historiadores ao impacto revolucionário de Foucault: de um lado, apoiava-se na revitalização do marxismo com os marxistas britânicos, trazendo a agência dos indivíduos na história e a crença em uma realidade para além dos discursos; e de outro, a apropriação de certos conceitos foucaultianos em meio a campos teóricos incompatíveis, em voga na historiografia brasileira da virada dos anos 70 para os anos 80. Mas, principalmente, foucaultianos ou anti-foucaultianos, os historiadores se viram “obrigados” a incorporar ou no mínimo responder a algumas das novas indagações trazidas à tona pela revolução-Foucault.<sup>107</sup>

Sobre estes primeiros trabalhos, Rago atesta para o aspecto problemático da apropriação de alguns conceitos de Foucault: “entendo que vários autores trabalharam com determinadas noções, como o de poder disciplinar, sem, contudo, questionar o quadro conceitual ou a referência metodológica que norteava suas produções”,<sup>108</sup> sobretudo casos em que “a análise micro foi combinada com modelos macro de interpretação globalizante da sociedade”, quando Foucault defendia “o projeto de história geral, construída a partir das discontinuidades, das rupturas e do entrecruzamento de séries organizadas pelo historiador”.<sup>109</sup> por exemplo, trabalhos combinando análises genealógicas foucaultianas dos mecanismos de sequestro e poder na sociedade, com concepções dos marxistas britânicos, como Thompson, que procuram ao mesmo tempo valorizar a resistência, a combatividade

<sup>105</sup> *Ibid.*, grifo meu.

<sup>106</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>107</sup> RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira, op. cit.

<sup>108</sup> RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores, op. cit., p. 26.

<sup>109</sup> *Ibid.*

histórica das minorias oprimidas e realçar o papel do sujeito na história. Segundo Rago, esta combinação é problemática, pois, enquanto os marxistas britânicos buscam desfazer os silêncios das minorias na historiografia e torná-los os protagonistas da história através do destaque para o papel do sujeito enquanto agente histórico, a perspectiva foucaultiana delineada pelo “pensamento diferencial” apontava justamente para “a eliminação do sujeito na história, minimizando a importância de sua ação racional e consciente”.<sup>110</sup> Em suma, para Margareth Rago em 1993, é impossível aplicar conceitos foucaultianos concomitantemente com outros referenciais teóricos e metodológicos, pois se trataria de uma problemática hesitação entre campos epistemológicos incompatíveis, apesar de ser justamente o que havia feito em 1985 em *DCAL*.

Por fim, Rago defende que o principal impacto de Foucault na historiografia brasileira, no que pese a ampliação do leque de objetos possíveis de análise ao historiador (ampliação que não se deveu apenas a ele, mas também aos marxistas britânicos e a Nova História), foi sua forma de interrogar a história: sua revolução epistemológica, retomando Paul Veyne,<sup>111</sup> foi muito mais profunda, botando em xeque as condições de produção do conhecimento histórico. Devido a isso, segundo Rago, em um primeiro momento os historiadores, sem chão com a revolução foucaultiana não o aceitaram muito bem, e uns poucos foucaultianos mantiveram uma posição acima de tudo “defensiva”.<sup>112</sup>

Em seguida, destaco um excerto de Rago que além de, a meu ver, resumir os principais pontos através dos quais, para ela, Foucault revoluciona a história, traz consigo apontamentos que indicam também o que Rago entende como uma história “foucaultiana”:

Há quem considere que desacreditar do sentido teleológico da História signifique uma enorme perda. Entretanto, poderíamos apontar os ganhos. Se é possível historicizar cada prática social e perceber que o conceito que a nomeia não é intrínseco à coisa, e que por trás da unidade que este produz se encontra uma multiplicidade de acontecimentos, o historiador ganha ainda pela possibilidade de recortar livremente séries documentais e explicativas do passado muito mais amplas. Não se trata, assim de buscar uma suposta finalidade histórica na ordenação dos fatos operada pelo historiador, mas de *desconstruir a história* e de perceber a que representação de história estivemos presos desde o século passado, impedindo-nos de abrir novos temas e de criar novas referências conceituais.

Portanto, não mais desvendar um suposto encadeamento natural que ligaria os acontecimentos entre si numa grande linha de continuidade, não mais acreditar poder chegar à verdade objetiva ou à essência originária, não mais a

<sup>110</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>111</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

<sup>112</sup> RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira, op. cit.

busca da totalidade, mas trabalhar as discontinuidades, perceber a historicidade dos instintos, sentimentos, gestos, práticas sociais e culturais, das formações discursivas: captar a singularidade e a positividade dos acontecimentos. *O historiador "genealógico" se dá conta, então, de que a história é a sua história, sua maneira específica de construir o passado, de trabalhar a relação memória-esquecimento, sem que este procedimento se identifique à ficção. Afinal, lidamos com matérias empíricas e não com meras invenções do pensamento.*<sup>113</sup>

Percebe-se aqui que para Rago, a grande contribuição de Foucault para a história foi a sua *desconstrução* da própria história, apoiada na genealogia nietzscheiana, a qual, dentro do pensamento de Foucault, correspondia à tentativa de resolver um determinado problema. Esse enfoque na questão genealógica se justifica na defesa de uma determinada concepção de história da qual parte Rago na leitura de Foucault, onde a história não se confunde com a ficção, mas se constrói ao se destruir, pois para o historiador genealógico, “a história é a sua história”.

Desta contextualização feita acima, desde a UNICAMP, do diagnóstico da crise e da recepção de Foucault no Brasil, alguns elementos podem ser elencados. A década de 1980 é um período de consolidação do conhecimento histórico acadêmico e, ao mesmo tempo, de uma demanda de inovação historiográfica: entram em pauta necessidades de revisão de determinadas abordagens demasiado mecanicistas ou deterministas e a ampliação do leque temático dos historiadores. Há um debate entre os que veem esta busca de renovação como a manifestação de uma crise de orientação ou de paradigma com a quebra da razão, do progresso e da modernidade como valores, culminando em casos extremos no fim da história, e os que pensam que se trata do surgimento de novas formas de se fazer a história, vivenciando então um momento de renovação historiográfica. Principalmente, através desse debate, a historiografia, campo do conhecimento histórico ainda incipiente, começa a paulatinamente se constituir e se legitimar dentro da disciplina.

Os anos 80 também veem, no seu desenrolar, uma movimentação política grande, ou ao menos, um sentimento, reforçado posteriormente por Margareth Rago, Sidney Chalhoub e Edgar de Decca, cujos elementos a que recorrem são basicamente a redemocratização e suas demandas afins como luta pela anistia, eleições, Diretas Já, etc., a redescoberta do anarquismo, valorização dos movimentos sociais e do movimento operário, e a emergência do novo sindicalismo, quer enquanto luta política impulsionando ainda mais esse sentimento de efervescência, quer enquanto objeto de estudos sociológicos que são os que trazem para o Brasil inovações teórico-metodológicas de Thompson e Foucault.

<sup>113</sup> RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores, op. cit., p. 30.

Tratando-se de um debate ainda incipiente uma vez que um corpo docente nacional havia há pouco se consolidado e o campo da historiografia se constituía aos poucos, as fronteiras epistemológicas entre Thompson e Foucault não se encontravam tão definidas como viriam a ser, sobretudo, depois da intensificação da oposição entre moderno e pós-moderno. Assim, tanto por Margareth Rago e Edgar de Decca, como vimos, mas também em outros trabalhos, dado que era um recurso comum, Thompson e Foucault eram considerados como abordagens de *temas* diferentes, ou melhor, de momentos diferentes da dominação burguesa: Thompson aparecia enquanto o historiador que revisando o marxismo, pôde voltar os seus olhos para a dominação de classe e ao mesmo tempo fazer uma história vista de baixo, enfatizando o protagonismo operário e permitindo que o sujeito faça sua história. Já Foucault aparecia ora enquanto o teórico que contestava a razão, o que o fazia ser pertinente em um projeto de contestação da disciplina e da razão militar em uma sociedade recém emergindo de uma ditadura; ora enquanto o teórico que possibilitava a análise do poder disciplinar enquanto dominação; e ora enquanto o teórico que permitia a análise das microestruturas panópticas da sociedade, os subpoderes, a microfísica do poder, legitimando assim a entrada, dentro da história operária e social, de novos temas como o cotidiano, a sexualidade, a cidade, a doença, e, no caso de *DCAL*, a fábrica, a mulher, a criança e a habitação.

Com essas considerações, cabe agora adentrarmos *DCAL* pensando mais profundamente como se dá esta apropriação de Foucault, os pontos de diálogo, de convergência e divergência, e a partir desta apropriação, voltarmos a este momento historiográfico brasileiro.

## 2. MARGARETH LEITORA DE FOUCAULT: A APROPRIAÇÃO FOUCAULTIANA EM *DO CABARÉ AO LAR*

*Um livro é produzido, evento minúsculo, pequeno objeto manejável. A partir daí, é aprisionado num jogo contínuo de repetições; seus duplos, a sua volta e bem longe dele, formigam; cada leitura atribui-lhe, por um momento, um corpo impalpável e único; fragmentos de si próprio circulam como sendo sua totalidade, passando por contê-lo quase todo e nos quais acontece-lhe, finalmente, encontrar abrigo; os comentários desdobram-no, outros discursos no qual enfim ele mesmo deve aparecer, confessar o que se recusou a dizer, libertar-se daquilo que, ruidosamente, fingia ser.*

Michel Foucault<sup>114</sup>

### O ESTILO

Hayden White pensa *estilos historiográficos* como “uma combinação particular de modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica” na escrita da história.<sup>115</sup> Esta combinação se constituiria em “um protocolo linguístico, preenchido com as dimensões léxicas, gramaticais, sintáticas e semânticas, por meio do qual [o historiador] irá caracterizar o campo, e os elementos nele contidos, *nos seus próprios termos* [...], e assim prepará-los para a explicação e representação que posteriormente oferecerá deles em sua narrativa”.<sup>116</sup> White defende que nas escolhas e estratégias que compõem este estilo historiográfico, “o historiador realiza um ato essencialmente *poético*, em que *prefigura* o campo histórico [...]; [que] este ato de prefiguração pode, por sua vez, assumir certo número de formas cujos tipos são caracterizáveis pelos modos linguísticos em que estão vazados [...]; [e que] o modo tropológico dominante e seu concomitante protocolo linguístico compõem a base irreduzivelmente ‘meta-histórica’ de todo o trabalho histórico”.<sup>117</sup> Em suma, ele defende que “os melhores fundamentos para escolher uma perspectiva da história em lugar de outra são em última análise antes estéticos ou morais que epistemológicos”.<sup>118</sup>

<sup>114</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*, São Paulo: Perspectiva, 1978, pp. 5.

<sup>115</sup> WHITE, Hayden. *Meta-História: A imaginação histórica do Século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 1995, p. 43.

<sup>116</sup> *Ibid.*, p. 45.

<sup>117</sup> *Ibid.*, p. 12-13.

<sup>118</sup> *Ibid.*, p. 14.

Não pretendo aqui utilizar o universo conceitual de White, que é essencialmente linguístico e estilístico, e que de certa forma condensa demais a noção de *estilo* vinculando-o única e exclusivamente aos modos tropológicos – é um método muito fechado. No entanto, este momento do trabalho parte de considerações inspiradas nas suas reflexões, sobretudo porque elas permitem pensar que, para além de referências metodológicas e teóricas que Foucault oferece a Margareth Rago, há também todo um arsenal de recursos discursivos, estilísticos e retóricos, que entram em diálogo na relação entre *DCAL* e *Vigiar e punir*,<sup>119</sup> e que estes recursos podem oferecer indícios sobre a forma que Margareth Rago e Michel Foucault pensam que o conhecimento histórico deve assumir.

Refinando mais a discussão, Peter Gay recusa uma separação tão marcada e distante entre *estilo* e *conteúdo*, pois para ele “o estilo molda e é moldado pelo conteúdo”.<sup>120</sup> Porém, o casamento entre maneira e matéria não significa que não possa haver separação: para Gay, sobre o epigrama de Buffon “o estilo é o próprio homem”, sim ele é, mas não o tempo todo, e não o homem por inteiro.<sup>121</sup> Assim ele defende uma noção mais versátil e ampla de estilo, englobando não só o “estilo literário”, mas também o “estilo emocional”, o “estilo profissional”, “estilo de pensamento”, enfim, “uma rede de indícios que apontam uns para os outros e, somados, para o homem – o historiador em atividade”.<sup>122</sup> Gay aponta ainda que os estilos podem ser aprendidos, ou seja, estão em diálogo entre si e com outros estilos lidos pelo homem. Assim, “o estilo, por vezes é o homem; com frequência, é mais que ele”, estando em diálogo com o que o define e o circunda. Contudo, “não há porque o estilo deva ser o reflexo sem distorções da neurose pessoal, da posição social ou da época histórica do historiador. [...] Os estilistas se desenvolvem individualmente em revolta contra seus passados, seus ambientes, e até mesmo contra si próprios, e nem sempre os resultados são previsíveis”.<sup>123</sup>

É pensando o estilo a partir das considerações de Peter Gay que pretendo analisar *DCAL* em diálogo principalmente com *V&P*. Procuo através do diálogo entre os dois livros, mostrar que para além do plano epistemológico, Margareth Rago também dialoga com Foucault em seu *estilo* de escrita da história.

<sup>119</sup> A partir deste momento *Vigiar e punir* será referido pela sigla *V&P*.

<sup>120</sup> GAY, Peter. *O estilo na história*. op. cit., p. 17.

<sup>121</sup> Por exemplo, nas vezes em que há uma separação entre pesquisadores que pesquisam, escritores que atribuem enredo, e estilistas que deem toques refinados: aí o estilo “não é de forma alguma o homem, e sim o sistema”. *Ibid.*, p. 19-20.

<sup>122</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p. 30.



Uma vez que o prefácio de *DCAL* foi escrito por Edgar de Decca, ele não será considerado aqui, pois de momento meu foco é a escrita da própria Margareth Rago. Creio, no entanto, que pode ser dito para a “Introdução” de *DCAL* o que Fernando Nicolazzi diz para o prefácio em geral: trata-se de um *pacto autoral*, onde a autora dialoga com seu leitor, mas também consigo mesma: ela “*diz* o texto, com outros termos e de forma diversa, narrando sua construção, definindo seus limites, estabelecendo suas condições de possibilidade”.<sup>124</sup> Não quero com isso definir este caráter de pacto autoral como algo intrínseco à *introdução* de um texto histórico nem entendê-la como um sinônimo de prefácio; porém, creio que tal definição cabe em *DCAL* uma vez que Margareth Rago, neste momento, conta a obra de forma diversa, define seus limites e, além de apresentar sua proposta ou introduzi-la ao leitor, ela expõe e *explica* suas afirmações centrais – na “Introdução” de *DCAL* são expostos não só premissas mas também argumentos do trabalho, explicando as condições de sua produção.

Curiosamente, *V&P* – ao menos nesta edição de 1977 que Rago usa – não possui nem prefácio nem introdução, o que pode ser interpretado como uma tentativa do autor de não se fazer externo à obra, de não justificá-la e de não reinscrevê-la em outro momento.<sup>125</sup> Se o prefácio é “um texto ‘fora’ do texto”,<sup>126</sup> ou seja, um texto externo e complementar ao livro onde o autor dialoga com seus leitores e consigo mesmo, a inexistência dele pode querer ou marcar a objetividade do texto, onde não há voz do autor externa à pesquisa, ou por outro lado, querer justamente marcar o livro enquanto seu, através da não diferenciação entre os dois textos, e procurar considerar as marcas da autoria e definição dos limites do livro como parte intrínseca e interna dele. No caso de Foucault, é também procurar fazer com que “um livro não seja nada além das frases de que é feito”.<sup>127</sup> No entanto, creio que o capítulo I da primeira parte, chamado “O corpo dos condenados”, faz as vezes de uma introdução, pois é nele que Foucault expõe suas premissas históricas e teóricas e delimita a proposta do livro. A seguir, examinarei elementos dos *estilos* de Rago e Foucault, não apenas, mas principalmente

<sup>124</sup> NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. op. cit., p. 80.

<sup>125</sup> Lembro o prefácio de *História da Loucura na Idade Clássica*, onde Foucault justamente se mostra avesso à ideia de um prefácio: “Deveria escrever um novo prefácio para este livro já velho. Confesso que a ideia não me agrada, pois isso seria inútil: não deixaria de querer justificá-lo por aquilo que ele era e de reinscrevê-lo, tanto quanto possível, naquilo que está acontecendo hoje. Possível ou não, hábil ou não, isso não seria honesto. [...] É por isso que, ao pedido que me fizeram de escrever um novo prefácio para este livro reeditado, só me foi possível responder uma coisa: suprimamos o antigo prefácio. Honestidade será isso. Não procuremos nem justificar esse velho livro, nem reinscrevê-lo hoje; a série dos eventos à qual ele pertence, e que é sua verdadeira lei, está longe de estar concluída. Quanto à novidade, não finjamos descobri-la nele, como uma reserva secreta, uma riqueza inicialmente despercebida: ela se fez apenas com as coisas sobre ele ditas, e dos eventos dos quais se viu prisioneiro”. FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*, São Paulo: Perspectiva, 1978, pp. 5-6.

<sup>126</sup> NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. op. cit., p. 79.

<sup>127</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. op. cit., p. 6.

me focando na Introdução de *DCAL*<sup>128</sup> e no primeiro capítulo de *V&P*<sup>129</sup>, pois creio que eles além de, cada um de sua forma, dialogarem com a obra e explicarem alguns de seus elementos, também têm em sua própria escrita, recursos narrativos que percebi recorrentes ao longo das obras.

Assim se inicia *DCAL*:

Uma imagem mítica: Átila, o temível guerreiro huno, comanda a invasão dos bárbaros. Com a espada de Marte, deus da guerra, semeia o terror por toda a parte. Nas terras que seus exércitos devastam, a grama já não cresce. Desestabilização da ordem social, ameaça de caos, naufrágio da vida civilizada. Nos tempos modernos, o perigo da devastação provém de outras plagas. Ou antes, do mundo mais civilizado: os imigrantes que chegam com outros hábitos, outras cabeças, estranhos desconhecidos.

“*Não é certamente sob as leis do império dissoluto, onde dominam as prostitutas nacionais, que se revolve a mocidade leviana e viciosa dessa corte, mas é debaixo da pressão ou da influência tirânica que nela exercem as prostitutas estrangeiras que geme e se definha cotidianamente grande parte da sociedade do Rio de Janeiro*”, lastimava o médico Ferraz de Macedo em 1873.

[...]

Percebidos como selvagens, ignorantes, incivilizados, rudes, feios e grevistas, sobre os trabalhadores urbanos que compõem a classe operária em formação nos inícios da industrialização no Brasil constitui-se paulatinamente *uma vasta empresa de moralização*. Seu eixo principal, a formação de uma nova figura do trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo; a imposição de uma identidade social ao proletariado emergente, se assim podemos chamá-lo. Conjuração do mal, contensão das convulsões futuras da história, a tentativa de domesticação do operariado passa pela construção de um novo modelo de comportamento e de vida, que se tenta impor aos dominados.<sup>130</sup>

De início, a invocação uma imagem mítica como metáfora para o discurso sobre o trabalhador urbano do início do século XX. O operariado é vinculado à ideia de barbárie, ilustração da imagem que dominadores tinham dos dominados. Comparação com o objetivo de criar uma impressão sensorial remetendo a um sentimento de repulsa e medo verificável no discurso sobre o operariado: repulsa à barbárie, ao estrangeiro; medo da instabilidade social, do terror. Assim como o bárbaro o imigrante é estrangeiro; assim como o bárbaro, o trabalhador urbano ameaça a vida civilizada. O recurso imagético procura atingir a imaginação do leitor, a sua capacidade abstração e de comparação figurativa dentro da narrativa; a imagem *ilustra* o pensamento, *exemplifica* o processo analisado, reforça e chama

<sup>128</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*, op. cit., p. 11-14.

<sup>129</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, op. cit., p. 11-32.

<sup>130</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*, op. cit., p. 11-12.

atenção para uma interpretação prévia e já cristalizada da autora, a de que o operariado é visto como desordeiro e incivilizado tal como Átila, o huno, era visto pelos romanos.

De forma parecida se inicia *V&P*:

*[Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça da Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atezado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atezado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas e suas cinzas lançadas ao vento. (ROSSI apud FOUCAULT, 1977, p. 11).*

[...]

[Três séculos mais tarde. Eis o regulamento redigido por Léon Faucher para a “Casa dos jovens detentos em Paris”]:

*Art. 17. – O dia dos detentos começará às seis horas da manhã no inverno, às cinco horas no verão. O trabalho há de durar nove horas por dia em qualquer estação. Duas horas por dia serão consagradas ao ensino. O trabalho e o dia terminarão às nove horas no inverno, às oito horas no verão.*

Apresentamos exemplo de suplício e de utilização do tempo. Eles não sancionam os mesmos crimes, não punem o mesmo gênero de delinquentes. Mas definem bem, cada um deles, um certo estilo penal. Menos de um século medeia entre ambos. É a época em que foi redistribuída, na Europa e nos Estados Unidos, toda a economia do castigo. [...] nova teoria da lei e do crime, nova justificação moral ou política do direito de punir; [...] Para a justiça penal, uma era nova.<sup>131</sup>

Trata-se também de imagens apresentadas ao leitor. Entretanto, ao contrário de Rago, as imagens evocadas por Foucault são citações na íntegra: o relato de um suplício e um regulamento de uma casa de detentos. Como o próprio Foucault explica em seguida, tais citações são “exemplos” cada um de estilos penais diferentes. A ênfase está então no contraste manifesto entre os dois estilos penais: de um lado o suplício, tendo como alvo o corpo do condenado, visando à espetacularização do evento e à punição pela dor e pelo prolongamento e multiplicação da morte; e de outro a utilização do tempo do condenado, através do controle de seus horários e atividades, em uma casa de detenção, escondida e velada. Marcando materialmente o contraste, encontra-se a voz do autor Foucault, e a evocação de um espaço temporal. Assim o leitor é conduzido à dedução de uma mudança histórica através de uma dupla afirmação sugerida: entre duas concepções distintas de penalidade há três séculos de

<sup>131</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, op. cit., p. 12.

diferença e no intervalo de três séculos há dois estilos penais diversos. A implicação lógica seria a de que a transformação trata-se de uma mudança através do tempo, um processo histórico. Pode parecer uma afirmação óbvia, porém ao retomar a palavra, o próprio autor a relativiza, alegando que os dois exemplos “não sancionam os mesmos crimes, não punem o mesmo gênero de delinquentes”. Ou seja, o tempo não é a única variável interferindo no contraste entre os exemplos. Contudo, o argumento já tinha sido conduzido para a conclusão do autor na simples mediação entre um exemplo e outro, através da evocação do espaço temporal: a conclusão de que se trata de uma “era nova”.

Os exemplos e a fala de Foucault, tal como a evocação à imagem de Átila por Margareth Rago, são estratégias retóricas. Creio que ambas possuem dentro da narrativa de cada livro, uma mesma função: mais que objetos de análise, as imagens procuram exemplificar premissas: para Margareth Rago, a de que o discurso sobre o operariado era tal como a imagem bárbara de Átila; para Foucault, a do desaparecimento dos suplícios. Não que não tenha havido análise e problematização em cada um dos casos: Foucault analisa a função e a ideia por trás de cada um dos estilos penais e problematiza ao longo do livro a diferença entre ambos, bem como Rago analisa e problematiza a própria construção do discurso sobre o operariado. No entanto, as citações e imagens evocadas de início possuem muito mais a função de exemplos de argumentos já pré-concebidos.

Para além da exemplificação, no entanto, o relato do suplício no início de *V&P* exerce também outra função: a de *individualizar* uma experiência. O suplício, enquanto prática penal e política, é encarnado assim em um indivíduo e em um caso específico, o da condenação de Damiens, do qual só citei uma parte mas cuja citação no livro consiste na narração do suplício do início ao fim. Que não se confunda esta individualização com o “dar voz ao sujeito” de Thompson. Muitos dirão, Margareth Rago inclusive,<sup>132</sup> que Foucault, sobretudo em sua fase genealógica, dissolve o sujeito o entendendo como uma construção dos efeitos de poder. Isto é evidente em *As palavras e as coisas*,<sup>133</sup> por exemplo, ou no próprio *V&P*, quando Foucault diz que os sujeitos são “efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas”.<sup>134</sup> Porém, considerar o sujeito como efeito de relações de poder e

<sup>132</sup> RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea, op. cit., p. 134.

<sup>133</sup> Em *as palavras e as coisas*, o sujeito é uma posição a ser ocupada, não existe previamente aos discursos mas é produzido por eles. O sujeito é, então, “constituído por discursos e práticas sociais”. NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. In.: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 101-138, jan./dez. 2004, p. 108.

<sup>134</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, op. cit., p. 30.

saber não implica que indivíduos não apareçam no texto de Foucault,<sup>135</sup> e acima de tudo, a *individualização* da experiência a que me refiro aqui é muito mais uma estratégia discursiva que uma consideração epistemológica. Nesse sentido, Foucault encarna em um indivíduo uma experiência de julgamento e punição, porém como um exemplo de um processo. Damiens é aqui representativo de todo um conjunto de práticas que remontam àquele período específico da história da penalidade; ele é “o *exemplo* de um suplício”, exemplo de um estilo penal, cuja função primordial é contrastar com o exemplo do estilo de utilização do tempo. Tudo para, através deste contraste, se apresentar um fato que é *dado* ao leitor e que funciona como ponto de partida.

Mesmo enquanto exemplo, este recurso de individualizar uma experiência é também um recurso estético que procura criar um *sentimento de realidade* no leitor: encarnar um processo geral em um exemplo é tornar visível o aspecto empírico do processo, torná-lo vivo e real. Enquanto estratégia retórica de convencimento, ela procura apresentar a premissa de que parte o livro como algo dado e incontestável, como fato. Este aspecto é reforçado pela utilização de termos como “de qualquer forma, *um fato é certo*: em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado [...]”.<sup>136</sup> Não se trata aqui de apontar uma incoerência ou um paradoxo entre a retórica de Foucault em *V&P* e sua postura teórica e epistemológica – até porque esta retórica não é contraditória uma vez que Foucault era um empirista que “acreditava apenas na verdade dos fatos, dos inúmeros fatos históricos que preenchem todas as páginas dos seus livros”,<sup>137</sup> – mas, de momento, quero apenas identificar uma característica retórica na escrita histórica de Foucault.

Voltando à *DCAL*, Margareth Rago utiliza recurso semelhante logo no início do primeiro capítulo “Fábrica satânica/fábrica higiênica”:

*Na pequena e mal iluminada sala da gráfica situada à rua Santa Cruz da Figueira, n.º 1, em São Paulo, o tipógrafo Edgard Leuenroth conversa com alguns companheiros. Discute com o advogado Neno Vasco e com o linotipista Mota Assunção a elaboração do primeiro número de um jornal operário: A Terra Livre. O espanhol Manuel Moscoso também participa da reunião. Estamos no ano de 1905.*<sup>138</sup>

Aqui novamente se trata de iniciar o tema encarnando um processo em indivíduos e contextos reais, a fim de causar uma proximidade do leitor com aquele grupo que será objeto de estudo ao longo de todo o texto. Porém, para além de um exemplo, neste momento a narrativa de

<sup>135</sup> Vide item 2.3: *O sujeito*, p. 62.

<sup>136</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, op. cit., p. 14, grifo meu.

<sup>137</sup> VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*, op. cit., p. 9.

<sup>138</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*, op. cit., p. 15, grifo meu.

Rago tem também função de introdução da fonte: os jornais operários. Assim, elementos que aparecem em seguida como datas de fundação, nome dos que estavam envolvidos e breve explicação sobre quem é cada um, são também um método de análise e leitura da fonte histórica. Mesmo assim, não é gratuito o uso de adjetivos como “pequena e mal iluminada”, nem a identificação nominal dos fundadores do jornal logo no início do texto. É a tentativa de estabelecer uma proximidade daqueles indivíduos com o leitor, tentar elaborar narrativamente um clima específico, evocar novamente a imaginação do leitor através de determinadas imagens buscando enfatizar um argumento, assim como a frase “estamos no ano de 1905” é a tentativa de *trazer* o leitor àquele momento, àquela cena, criar o sentimento de realidade.

Voltemos a Foucault. Ele praticamente não utiliza a primeira pessoa do singular, a não ser em breves e raros momentos, sempre perdida entre a utilização maciça do impessoal.<sup>139</sup> Inclusive ao propor suas premissas teóricas, ele as apresenta como demandas do estudo:

Ora, *o estudo desta microfísica supõe* que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter. [...] *Temos em suma que admitir* que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito conjunto das suas relações estratégicas. [...] Seria talvez preciso também renunciar a toda uma tradição que deixa imaginar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas [...]. *Temos antes que admitir* que o poder produz saber [...]; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”.<sup>140</sup>

Deste modo, Foucault em *V&P* procura persuadir o leitor, propondo uma consideração teórica ao leitor como quem diz “se quisermos partir da minha premissa teórica, teremos que admitir determinadas considerações, pois é isto que este estudo supõe”. Assim sua premissa pessoal é apresentada ao leitor que, se quiser seguir com ele o livro, precisa aceitá-la. É nesse sentido que ele compõe sua argumentação enquanto uma estratégia de convencimento: procura, de um lado apontar a peculiaridade do estudo e de suas premissas e proposições teóricas, e de outro, cooptar o leitor a partilhar de sua visão (de mundo).<sup>141</sup>

<sup>139</sup> Na tradução para o português de *V&P* também aparece bastante a primeira pessoa do plural. Contudo, ela é traduzida do francês impessoal. Por exemplo, o que em português aparece “Devemos lembrar-nos de Damiens...” é a tradução do francês “Il faut se souvenir de Damiens”, o que também pode ser traduzido como “É necessário lembrar-se de Damiens”.

<sup>140</sup> *Ibid.*, p. 29-30, grifo meu.

<sup>141</sup> Para Ricoeur “o que é comunicado, em última instância, é, para além do sentido de uma obra, o mundo que ela projeta e que constitui seu horizonte”. RICOEUR *apud* NICOLAZZI, Fernando. Uma teoria da história: Paul Ricoeur e a hermenêutica do sujeito no discurso historiográfico. In: *História em Revista*, v. 9, dez. 2003, p. 53.

Margareth Rago, ao longo de *DCAL*, também se utiliza principalmente da flexão impessoal, no sentido de descrever discursos e caracterizar imaginários operários e burgueses sobre a fábrica, a mulher e a criança, e isto permanece quando ela narrativamente explica processos de medicalização e disciplinarização por parte “dos dominantes” e de resistência “dos dominados”; uma ou outra vez também aparece a primeira pessoa do plural, como em “Certamente *podemos* encontrar outras expressões de lutas e resistência feminina, fora do campo minado da política institucional”.<sup>142</sup> Porém, não é raro o uso da primeira pessoa do singular, sobretudo ao tomar posições teóricas. O maior exemplo disso é no momento da explicação da proposta do estudo na introdução:

Embora situados em campos teóricos e metodológicos diferenciados, Thompson e Foucault chamam atenção para outros momentos do exercício da dominação burguesa, possibilitando recuperar as práticas políticas “não-organizadas” do proletariado e desfazer o generalizado mito do atraso e do apoliticismo dos libertários.

*Com estas lentes e com estes objetivos, penetrei no interior das fábricas, dos bairros e vilas operárias do início da industrialização no país, atenta para todas as manifestações de resistência cotidiana que a imprensa anarquista noticiava, ou que puderam ser filtradas pelo discurso patronal dos setores privilegiados em geral. As descobertas foram muitas. Ao leitor, o convite para participar desta viagem...*<sup>143</sup>

Diferente de Foucault, ao expor seu referencial teórico, a autora marca sua presença, bem como evidencia os teóricos que legitimam sua interpretação. Foucault, ao defender uma determinada postura epistemológica em relação ao estudo, a defende enquanto uma necessidade imposta pelo objeto de pesquisa, o caminho que o estudo demanda, e que o leitor precisa “admitir” para seguir o raciocínio do autor. A ideia de pacto é invocada explicitamente pelo autor como estratégia de convencimento do leitor. Já Rago busca dois teóricos que ela própria alega ter diferenças epistemológicas, porém que referendam as ideias das quais ela parte, contudo demarcando a proposta e a utilização deles enquanto uma marca pessoal. A escolha teórica não parte do objeto, não é uma demanda do estudo, mas uma escolha pessoal da autora, que utilizou estas “lentes”, esta forma de ver o mundo, para realizar a pesquisa, e ao leitor fica um convite, mais do que uma cooptação.

No entanto, a evidência da marca pessoal em *DCAL* termina aí, pois de resto viriam as respostas da fonte, que não apenas enquanto fonte, mas enquanto porta de entrada para um universo específico. Nesse sentido, a fonte aparece como acesso a uma realidade e a um determinado local, pois é através dela que a autora “penetra” nas fábricas, bairros e vilas

<sup>142</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*, op. cit., p. 74, grifo meu.

<sup>143</sup> *Ibid.*, p. 14, grifo meu.

operárias. Além disso, segundo a autora, o discurso patronal precisou ser filtrado, enquanto os jornais não. Ou seja, as figuras de linguagem de Margareth Rago remetem aqui, de um lado, à ideia de que o discurso patronal demandava uma filtragem, que era papel da autora, e esta por sua vez marca sua opção pessoal na escolha das lentes com que olhará este objeto, no caso as teorias foucaultiana e thompsoniana; de outro lado, a ideia da autora de deixar a imprensa anarquista falar, dar voz a ela e deixá-la dizer por si mesma a que veio, sem filtro e mediação; ou ao menos é o que a escrita procura mostrar. Como veremos, tal perspectiva se reflete na abordagem teórica de *DCAL*. Ademais, ao longo do texto, volta e meia a primeira pessoa volta a aparecer, mas sempre marcando uma escolha teórica ou interpretação, indicando o que Margareth Rago quer mostrar como seu e diferenciar do que seria resposta da fonte.<sup>144</sup> Esta articulação da autora decorre de um momento em que “não apenas a categoria narração historiográfica que se transformou, mas a da narração *tout court*. A relação entre quem narra e a realidade aparece mais incerta, mais problemática”,<sup>145</sup> e escolher determinado ponto para indicar como seu em detrimento de outros é uma tentativa de controlar esta problematização.

No diálogo com outros historiadores e teóricos, uma diferença entre os dois textos aparece. Foucault, em *V&P*, utiliza outros historiadores para marcar sua originalidade:

Os historiadores vêm abordando a história do corpo há muito tempo. Estudaram-no no campo de uma demografia ou de uma patologia históricas; encararam-no como sede de necessidades e de apetites, como lugar de processos fisiológicos e de metabolismos, como alvos de ataques microbianos ou de vírus [...]. Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais”.<sup>146</sup>

Percebe-se que é através do que não fizeram os historiadores que Foucault delimita sua proposta, marca sua singularidade, defende sua ideia. Os outros autores funcionam como ponto de partida do qual se procura extrapolar, fazer algo diferente, ainda por fazer. Ao longo de *V&P* esta tendência de certa forma permanece: outros trabalhos são usados, sobretudo,

---

<sup>144</sup> Exemplos: “*Creio* que não se pode afirmar tranquilamente a existência de uma unidade absoluta de opiniões entre os anarquistas a respeito de questões [...] que constituem o campo da moral. No entanto, [...] *tento* delinear os contornos de um projeto libertário relativo a uma nova moral” (RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*, op. cit., p. 95-96, grifo meu); “*Acredito* que mulheres que paralisam fábricas não poucas vezes [...] sejam menos dóceis, pacatas e submissas que o discurso masculino, patronal ou operário, afirmou” (*Ibid.*, p. 73); “[...] não se trata de querer recuperar uma imagem heroica da mulher, como figura combativa mas silenciada pelo discurso dos dominantes [...]. O que se coloca, a meu ver, é a necessidade de aprender as diversas formas que a resistência feminina assumiu [...]” (*Ibid.*, p. 74). Tal recurso lembra o que Natalie Zemon Davis chama de “laboratório historiográfico, um laboratório que o experimento não gerava provas irrefutáveis, mas sim possibilidades históricas”. DAVIS *apud* GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 312.

<sup>145</sup> *Ibid.*, p. 333.

<sup>146</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, op. cit., p. 28.



enquanto fornecedores de dados, fontes para análise ou no máximo indicadores de determinadas ideias específicas das quais parte Foucault. Porém, apesar de partir dos outros historiadores, quer enquanto uma consideração tratada como premissa quer como fonte para análise, Foucault procura ir além e problematizar algo diferente, propor em seu texto o que outros não propuseram e investigar o que ainda não fora investigado.

O diálogo com outros historiadores é diferente em Margareth Rago:

Portadores de um projeto de transformação radical da sociedade, os libertários aparecem como depositários das esperanças de realização e dos anseios de indivíduos negados e oprimidos [...] que se unem numa solidariedade de classe, a partir de uma experiência comum. Assim entendo, *recorrendo aos ensinamentos de E. P. Thompson*, a atuação da classe operária no seu processo de constituição enquanto classe. [...] Penso que perderíamos a dimensão da utopia anarquista se nos mantivéssemos presos à lógica do partido. Afinal, os libertários difundem uma outra concepção de poder, que recusa percebê-lo apenas no campo da política institucional.

[...]

A análise do poder na sua positividade, como rede de relações que se exerce molecular, ininterrupta e ramificadamente, em todos os domínios da vida social, produzindo individualidades, adestrando os gestos, elevando a rentabilidade do trabalho – *como aponta Michel Foucault* –, abre toda uma perspectiva metodológica que permite repensar a atuação dos anarquistas a partir de outros parâmetros.<sup>147</sup>

Percebe-se que Margareth Rago busca em outros autores a legitimação para seus apontamentos. Eles não só apresentam premissas, mas referendam ideias, são usados enquanto referenciais teóricos, que trazem consigo os elementos que permitem à autora a realização da sua proposta. Assim, a autora busca os outros trabalhos e outros historiadores para conferir legitimidade força aos seus argumentos, lhe dar o aval profissional e metodológico para sua proposta e, nesse sentido, o procedimento é o de *apropriar-se* desses referenciais, no sentido de tornar próprio o que é alheio, uma apropriação que, dada a forma como a autora dialoga com estes autores, encobre todo um processo de adaptação, de tradução destas ideias que, como toda tradução, são também uma nova composição teórica, uma recriação.

Em determinado momento de seu primeiro capítulo, Foucault dirá que o contraste entre os dois estilos penais consiste, dentre outras coisas, em uma mudança do objeto que se pune. A isso ele argumenta:

Se não é mais ao corpo que se dirige a punição, em suas formas mais duras, sobre o que, então, se exerce? A resposta dos teóricos – daqueles que

<sup>147</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*, op. cit., p. 13-14.

abriram, por volta de 1790, o período que ainda não se encerrou – é simples, quase evidente. Dir-se-ia inscrita na própria indagação. Pois não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições. Malby formulou o princípio decisivo: “*Que o castigo, se assim posso exprimir, fira mais a alma que o corpo*”.

[...]

Pura informação teórica, repelida pela prática penal? Seria superficialidade afirmá-lo. A verdade é que punir, atualmente não é apenas converter uma alma. Entretanto, o princípio de Malby não permaneceu como um piedoso voto. Por toda a moderna história da penalidade, é possível seguir-lhes os efeitos.

[...]

Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente os objetos jurídicos definidos pelo Código. Porém julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos do meio ambiente ou da hereditariedade.

[...]

São punidas, ainda, pela aplicação dessas “medidas de segurança” que acompanham a pena (proibição de permanência, liberdade vigiada, tutela penal, tratamento médico obrigatório) e não se destinam a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições, criminosas, a cessar somente após obtenção de tais modificações. A alma do criminoso não é invocada no tribunal somente para explicar o crime [...]; se ela é invocada com tanta ênfase, com tanto cuidado de compreensão e tão grande aplicação científica, é para julgá-la, ao mesmo tempo que o crime, e fazê-la participar da punição.<sup>148</sup>

Foucault compõe seu argumento através da interpretação semântica de um termo verificado em sua fonte. A utilização da palavra “alma” por Malby é invocada por Foucault para caracterizar toda uma série de elementos: o coração, o intelecto, a vontade, as disposições, as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos do meio ambiente ou da hereditariedade, que são, por um lado, utilizados enquanto recurso narrativo de reforço de uma ideia através da utilização de adjetivos em sequência, implicando sua mútua conexão; por outro, são explicação de uma ideia que se procura mostrar ao leitor – a de que por trás do termo “alma” estão encobertas muitas coisas –; por outro ainda, são a interpretação de Foucault do que ele acreditava que Malby entendia por alma; mas principalmente, são também um recurso estratégico de vincular o termo “alma” a toda uma série de elementos que serão analisados em seu estudo. Alma aqui é o elo de ligação entre o discurso da fonte e a tese de Foucault. Ainda mais do que interpretação da fonte, trata-se de vincular a fonte com seus objetos de análise através do deslocamento interpretativo do termo alma.

<sup>148</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, op. cit., p. 20-22.

A adjetivação também é recorrente em *DCAL*, como por exemplo, no início do item “de volta ao lar”, no capítulo 2 “A colonização da mulher”:

*Frágil e soberana, abnegada e vigilante*, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da *laboriosidade*, da *castidade* e do *esforço individual*. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, *afetiva mas assexuada*, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho.<sup>149</sup>

Assim como no excerto de Foucault, a representação da mulher é caracterizada por uma série de adjetivos que são a base da análise posterior: frágil, soberana, abnegada, vigilante, laboriosa, casta, esposa, mãe, dona-de-casa, afetiva, assexuada. Trata-se novamente de um recurso retórico compondo uma imagem determinada que Rago quer incutir no leitor. Cada um dos termos é ligado ao que Rago chama de um “novo modelo normativo de mulher”, cujos aspectos ela passará a analisar, criticar, e oferecer seus contrapontos operários e anarquistas.

Mesmo o leitor sabendo as fontes do estudo tanto de Foucault quanto de Rago – que são aliás semelhantes, ambos conferem bastante espaço à imprensa como fonte –, pois em determinado momento do texto elas são explicitadas, além das notas de rodapé e bibliografia, em excertos como os acima, a caracterização de discursos ou imagens que os autores alegam encontrar na fonte não são completamente referenciados. No caso de Foucault, o termo “alma” é vinculado a toda uma série de elementos que não estão no texto de Malby, assim como o texto de Malby é considerado por Foucault como o “princípio decisivo” de uma ideia presente nos “teóricos de 1790”, que não são aqui nomeados. Da mesma forma, Rago apresenta um modelo normativo de mulher que ela atribui à entidade burguesia. Isto não quer dizer nem de longe que não tenha havido pesquisa documental, pois em ambos os trabalhos percebe-se que foi ampla e de fôlego, mas acima de tudo uma característica narrativa referente às estratégias de legitimação da escrita histórica, e que creio ser a semelhança mais marcante entre ambos os textos: o ocultamento do processo de pesquisa.

Tanto Rago quanto Foucault, nas introduções e grande parte dos trabalhos utilizam citações e referências muito mais a título de exemplos que como evidências ou pontos de

<sup>149</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*, op. cit., p. 62, grifo meu.

partida a serem analisados ao longo do texto. Ou seja, a análise e a metodologia da pesquisa não são evidenciados nem na introdução nem ao longo do trabalho, a não ser em poucos momentos. As notas de rodapé trazem as referências das fontes, e as premissas teóricas em ambos os casos possuem seu espaço na narrativa, mas a escrita do texto procura ser, nesse sentido, algo posterior e diferente da própria pesquisa, uma articulação narrativa que procura apontar os principais pontos de algo prévio e cuja realização não faz parte do momento da escritura do trabalho. Não considero que esta separação entre pesquisa e escrita seja impermeável, definitiva, mas creio que tanto Rago quanto Foucault procuram articular seus textos nesse sentido. Como lembra Certeau, “nada dos ruídos de uma fabricação, de técnicas, de imposições sociais, de posições profissionais ou políticas [...] um silêncio era o postulado desta epistemologia”.<sup>150</sup>

Ambos os trabalhos possuem pontos em comum na narrativa: a exemplificação de processos históricos em casos específicos ou o que chamei de *individualização* de experiências; a tentativa de incutir um “sentimento de realidade” enfatizando a empiria de certos acontecimentos, o ocultamento da metodologia de análise, que aparece mais nas entrelinhas que no texto em si. Porém, também possuem diferenças marcantes: Rago participa de um momento de consolidação da historiografia brasileira, e um momento de renovação temática e de novas abordagens, trazendo novas fontes, novos objetos de pesquisa e novos autores de fora do país. Assim, sua escrita procura legitimar as abordagens escolhidas, através da referência a outros autores, e ao mesmo tempo, marcar sua posição dentro da escolha de cada um: ela procura se inserir dentro de uma corrente cujo objetivo é, mais que promover a inovação historiográfica, trazer as inovações de fora do país para dentro da historiografia brasileira, que para a autora estaria estagnada devido à “violenta repressão cultural imposta pela ditadura militar ao longo dos anos 60 e, especialmente, na primeira metade dos anos 70”.<sup>151</sup> Assim, Rago compunha seus argumentos se referindo a outros através da força da *afirmação*. Ao contrário, Foucault procura fazer o novo, se preocupar com o que não era até o momento preocupação, buscar o que ninguém ainda havia feito – legitimar-se através da *negação*; e acima de tudo, trazer o leitor para dentro do seu mundo, convencê-lo de sua visão ainda inédita e crítica.

---

<sup>150</sup> CERTEAU, Michel. *A escrita da história*, op. cit., p. 67. É certo que Foucault e Rago expõem suas premissas e marcam suas escolhas teóricas, porém sua escrita vem justamente neste sentido, o de “apagar os ruídos da fabricação” de suas análises.

<sup>151</sup> RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira, op. cit., p. 73.

Reconheço que esta análise do *estilo* pode ser superficial – há ainda muito a se dizer, por exemplo, das formas de compor a narrativa, os encadeamentos e desconexões entre os acontecimentos, a articulação do tempo na escrita histórica de cada um, etc. Porém, creio que os elementos indicados aqui são o suficiente para indicar posturas historiográficas, com diferenças e semelhanças entre ambos os autores, que têm importância fundamental na apropriação que Rago faz de Foucault. Para Rago, trata-se da defesa de um território: a necessidade de renovação historiográfica, teórica e temática no país, norteando a busca por outros autores que legitimassem novas abordagens *enquanto trabalhos históricos*. Assim, é a defesa pela legitimidade de certa forma de se escrever a história dentro do contexto historiográfico brasileiro. Já para Foucault, trata-se, ao contrário, de alargar as fronteiras, de problematizar e desconstruir o conhecimento histórico, pois, segundo ele, “[t]udo em que o homem se apoia para se voltar em direção à história e apreendê-la em sua totalidade, tudo o que permite retraçá-la como um paciente movimento contínuo: trata-se de destruir sistematicamente tudo isto”.<sup>152</sup> Foucault, no entanto, opõe a essa história, que ele chama de história tradicional, a “história efetiva”, apoiada na genealogia de Nietzsche, que consiste na destruição da própria história tradicional:

O problema do séc. XIX é não fazer pelo ascetismo popular dos historiadores o que Platão fez pelo de Sócrates. É preciso despedaçá-lo a partir daquilo que ele produziu e não fundá-lo em uma filosofia da história; tornar-se mestre da história para dela fazer um uso genealógico, isto é, um uso rigorosamente antiplatônico. É então que o sentido histórico libertar-se-á da história supra-histórica.<sup>153</sup>

Daí Foucault propor três usos opostos às modalidades platônicas da história: “o uso paródico e destruidor da realidade”; “o uso dissociativo e destruidor da identidade”; e “o uso sacrificial e destruidor da verdade”.<sup>154</sup> Assim, ele se opõe a certa forma de fazer história em defesa de uma nova que se constitui em cima da destruição da anterior. Não custa lembrar o que diz Rago sobre Foucault alguns anos mais tarde: “O historiador “genealógico” se dá conta, então, de que a história é a sua história, sua maneira específica de construir o passado, de trabalhar a relação memória-esquecimento, sem que este procedimento se identifique à ficção. Afinal, lidamos com matérias empíricas e não com meras invenções do pensamento”.<sup>155</sup> Percebe-se aqui, que Rago procura fazer algo parecido, defender uma nova forma de se fazer história: porém não inaugurá-la, mas atualizar o Brasil nesta nova

<sup>152</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, op. cit., p. 27.

<sup>153</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>154</sup> *Ibid.*

<sup>155</sup> RAGO, Margareth. *As marcas da pantera: Foucault para historiadores*, op. cit., p. 30.

historiografia. Percebe-se que ao dizer “sem que este procedimento se ligue à ficção”, ela defende o papel da história, mesmo genealógica, como uma forma legítima de acesso à realidade (quer como representação da realidade, como apoiada na realidade, ou como uma leitura da realidade) – na leitura de Rago, a desconstruir a história seria realizar de fato as pretensões da própria história.

Assim, enquanto o esforço de Foucault é o de destruir a forma anterior do fazer histórico, o esforço de Rago é o de legitimar, através do próprio Foucault, uma nova forma enquanto parte deste campo histórico e historiográfico em formação.

## O ANARQUISMO

Creio que um dos principais pontos de aproximação de Foucault com *DCAL* é a temática do anarquismo. Não que Foucault, como Margareth Rago, tenha o anarquismo como principal objeto de discussão, porém não é nova a leitura de uma aproximação entre as ideias do pensador francês e certas concepções anarquistas, e a própria Margareth Rago posteriormente desenvolve esta ideia mais de uma vez vinculando concepções foucaultianas a propostas anarquistas e anarcofeministas: ora aproxima a produção intelectual de Foucault com alguns pontos das reflexões históricas, filosóficas e políticas da anarquista Luce Fabbri,<sup>156</sup> ora liga a política anarquista à ideia de Foucault do cuidado de si e de práticas de liberdade como o único meio de escapar das formas modernas de sujeição e resistir ao poder político.<sup>157</sup> Contudo, interessa-me aqui pensar na relação entre o anarquismo tal como apresentado por Margareth Rago em *DCAL* e os livros de Foucault referenciados pela autora,<sup>158</sup> dando preferência a *V&P*.

Tal como foi mostrado antes, os anarquistas são considerados por Rago em *DCAL* como a resistência às imposições burguesas em cada momento da dominação (na fábrica, no modelo normativo de mulher, na nova concepção da infância, e na habitação). Nas fábricas, a resistência anarquista era pautada na ideia de *autogestão*, ou seja, propostas alternativas de organização autônoma das relações de trabalho, mostrando uma “percepção aguda de como os dominantes se utilizam de mecanismos sutis que instauram a divisão no interior da própria

<sup>156</sup> RAGO, Margareth. O anarquismo e a história. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. (Org.). *Retratos de Foucault*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2000, v. 1, p. 88-116.

<sup>157</sup> RAGO, Margareth. Foucault e as artes de viver do anarco-feminismo. In: RAGO, Margareth; VEIGA NETO, Alfredo. (Org.). *Figuras de Foucault*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, v. 3, p. 165-175.

<sup>158</sup> *Vigiar e punir, Microfísica do Poder e História da Sexualidade I: a vontade de saber*.

classe trabalhadora”, e uma “denúncia de que a diferenciação salarial constitui outro dispositivo estratégico do poder visando impedir a articulação dos operários”.<sup>159</sup> Faziam-se greves e sabotagens à produção, e havia inclusive uma apologia às máquinas, porém ao mesmo tempo uma crítica à sua “utilização social em detrimento do trabalhador”.<sup>160</sup>

Na imposição de um novo modelo de feminilidade (a mulher como rainha do lar, instrumento de controle do trabalhador dentro de casa e alvo de repressão, poder e constituição de saber no campo da prostituição, sexualidade e maternidade), o anarquismo resiste, procurando revelar a condição de sujeição e de humilhação que as mulheres de todas as classes sociais sofriam. Assim, os anarquistas “defendem a libertação da mulher em todos os planos da vida social, desde as relações de trabalho até as familiares”.<sup>161</sup> Porém a transformação radical da condição da mulher só seria possível numa outra organização da sociedade, sem obstáculos econômicos e moralizantes do capitalismo. Prega-se a necessidade de libertar-se do modelo burguês, propondo uma nova organização da sociedade. Porém, sem passar pela ditadura do partido político, “sinônimo de farsa, astúcia, ambição pessoal, de hipocrisia, de preconceito”.<sup>162</sup> Contudo, as ideias anarquistas ainda eram filhas do seu tempo, e algumas críticas moralizantes eram direcionadas à prostituição, ao carnaval e à vagabundagem; porém, com o caráter de direcionamento para a luta contra a dominação burguesa.

Contra um novo discurso sobre a infância, o anarquismo resistia através de uma pedagogia libertária, direcionada contra o poder e a disciplina, vistos enquanto instrumentos da dominação burguesa “que se produzem em todos os espaços da sociabilidade: na escola, na casa, no trabalho, nos lugares de lazer”. Nesse sentido, recusa-se o poder em si, e se critica a exigência de submissão e obediência.

A escola racionalista é laica e privada, pois [...] nenhuma classe ou grupo social tem o direito de deter o monopólio da cultura: na sociedade burguesa, o saber torna-se uma arma nas mãos dos poderosos; a verdade sempre lhes pertence. Mas não se trata simplesmente da apropriação do saber. É também a própria ciência que se constitui para legitimar a dominação, que deve ser questionada.<sup>163</sup>

Percebe-se assim uma crítica à ciência e uma percepção da relação entre saber e poder dentro da perspectiva de educação anarquista. Esta educação é vinculada com a ideia de criação do

<sup>159</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*, op. cit., p. 50.

<sup>160</sup> *Ibid.*, p. 58.

<sup>161</sup> *Ibid.*, p. 99.

<sup>162</sup> MOURA, Maria Lacerda. *apud* RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*, op. cit., p. 101.

<sup>163</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*, op. cit., p. 149-150.

*homem novo*, com novas concepções de política e de revolução. Um trecho é elucidativo desta noção:

A transformação radical da sociedade, ao contrário do que pregam os marxistas, não exige primeiramente o assalto ao poder do aparato estatal para posteriormente serem estruturadas todas as relações sociais, a partir daquelas que se constituem no âmbito da produção. *Na doutrina anarquista, a recriação da sociedade não é obtida pelo jogo político; a tomada do aparelho do Estado não se constitui numa preocupação primeira. O poder deve ser destruído.* O Estado, que impede a livre organização da sociedade, deve ser suprimido e não apropriado para possibilitar a transformação da estrutura econômica e social.

[...]

Ao contrário do marxismo, o anarquismo *não se afirma como ciência*, nem pretende obter um conhecimento totalizante, científico e objetivo da realidade social como fundamento para a atuação política. Nem mesmo se coloca como uma teoria completa ou como um sistema acabado, único capaz de conhecer cientificamente a história e, portanto, de elaborar as estratégias e táticas de luta “verdadeiras e corretas” para a ação revolucionária.<sup>164</sup>

Percebem-se dois pontos centrais na concepção anarquista de transformação da sociedade: o ataque ao poder *em si*, ou seja, o poder não é visto como um lugar ao qual se procura chegar e inverter a hierarquia social, mas sim como uma relação que precisa ser rompida, e a recusa à ideia de ciência, entendida como instrumento de um poder do qual o anarquismo se pretende fora e contrário – ciência esta que é um dos principais objetos de estudo de Foucault, entendendo, como os anarquistas, que *poder e saber* estão diretamente implicados. Além disso, o anarquismo possui outra concepção de história, diferente da do marxismo, onde ela decorre da agência humana e da criatividade dos sujeitos, e não das forças de produção e estruturas econômicas – o que os aproxima mais com a ideia de agência humana e papel do sujeito de Thompson.

Por fim, na questão da habitação, apesar da falta de propostas completas, os anarquistas criaram imagens da cidade libertária, ora completamente comunitária com a inexistência da propriedade privada em todos os aspectos da vida, ora pautada pela ideia de liberdade individual, criando um espaço somente seu e independente. Nas duas ideias, “suas projeções têm como referência não só a cidade industrial, mas uma sociedade onde a automatização das fábricas e de outros serviços permite liberar o homem da sujeição à atividade única do trabalho pela sobrevivência”, recusando assim a visão tida dos anarquistas como pré-industriais.<sup>165</sup>

---

<sup>164</sup> *Ibid.*, p. 154-155, grifo meu.

<sup>165</sup> *Ibid.*, p. 202.



Assim aparecem os anarquistas em *DCAL*, em uma narrativa que não é inocente (por vezes suas propostas são relativizadas), mas com certeza apologética: o anarquismo é a expressão melhor acabada da resistência operária aos modos de sujeição que os mecanismos disciplinares que a classe dominante impunha. Sua proposta é tida como a antítese do marxismo e, sobretudo, da ideia de intelectual orgânico, pois Margareth Rago via no anarquismo uma força capaz de dar vazão às demandas e resistências dos trabalhadores em geral. Porém mais do que isso, por ser uma crítica à ordem das coisas como um todo e propor uma transformação radical em todos os âmbitos da sociedade, o anarquismo permitiu à autora analisar esta resistência operária em outros momentos do *cotidiano*, temática que muitos apontam como uma das grandes renovações historiográficas do período. Assim a resistência operária e anarquista não é vista apenas nas fábricas ou nos partidos, mas também nas relações familiares, nas moradias, nas imagens da mulher e da criança, nas concepções de política e de história, nas escolas, nas propostas alternativas de organização do trabalho e nas imagens da cidade do futuro. Parece-me que a análise do discurso anarquista fornecia à Rago o contraponto ideal à microfísica do poder de Foucault, pois se para Foucault o poder se exerce disseminado em toda a estrutura social, se espalhando como que em uma maquinaria cujo funcionamento se encontra na fábrica, na escola, na prisão, em diversas instâncias *panópticas* de vigilância, controle e disciplina,<sup>166</sup> o anarquismo, ao recusar esta disciplina em si, é visto como a resistência por excelência desta maquinaria de subpoderes.<sup>167</sup>

Para além disto, no entanto, creio que há algumas aproximações e diferenças entre o pensamento anarquista tal como exposto por Rago e o pensamento de Foucault nos livros citados pela autora. Retomo, de início, o caminho que Rago aponta ter sido escolhido por Vaccaro:<sup>168</sup> o de analisar uma citação sobre o anarquismo em *V&P*.

Ao falar da prisão enquanto produtora da delinquência, e da crítica dos próprios presos no questionamento da justiça penal e seus limites, diz Foucault:

---

<sup>166</sup> Foucault defende a "existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, e a ele articuladas de maneiras variadas"; uma "mecânica do poder, que se expande por toda sociedade assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso sendo caracterizado como micro-poder ou sub-poder". MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.XI-XII

<sup>167</sup> Não sei pode-se falar que para Rago havia uma "consciência anarquista", pois a autora aponta mais de uma vez que não havia homogeneidade nas propostas, nem um programa definido. Porém, ela enxerga de fato o anarquismo, com todas as suas diferenças, como a "linguagem política" através das quais a "classe trabalhadora" resistia à disciplina industrial imposta pela burguesia.

<sup>168</sup> RAGO, Margareth. O anarquismo e a história, op. cit.

No curso dessa polêmica antipenal, os partidários de Fourier foram sem dúvida mais longe que todos os outros. Elaboraram, os primeiros talvez, uma teoria política que é ao mesmo tempo uma valorização positiva do crime. *Se este é, segundo eles, um efeito da “civilização”, é igualmente e pela mesma razão uma arma contra ela.* Traz consigo um vigor e um futuro.

[...]

Não há então natureza criminosa, mas jogos de força que, *segundo a classe a que pertencem os indivíduos*, os conduzirão ao poder ou à prisão. [...] No fundo, a existência do crime manifesta felizmente uma “incompressibilidade da natureza humana”; deve-se ver nele, mais que uma fraqueza ou uma doença, uma energia que se ergue, um “brilhante protesto da individualidade humana” que sem dúvida lhe dá aos olhos de todos seu estranho poder de fascínio.<sup>169</sup>

Dois pontos em comum na análise do discurso anarquista por Rago e por Foucault. O primeiro: a noção de que o anarquismo é uma luta que se volta contra a *civilização*, que creio que tem como o seu equivalente em *DCAL* a noção de *poder* – em primeiro lugar porque em *DCAL* o poder e a disciplina são relacionados com a ideia de civilização (no imaginário dominante, o trabalhador urbano era visto como o oposto da civilização, um bárbaro; a pedagogia libertária deveria “fazer da criança um ‘animal selvagem’, na expressão da pedagoga sueca Ellen Key”,<sup>170</sup> etc.); em segundo lugar porque, para Foucault e para o discurso anarquista analisado por ele, o crime e as relações de poder que circundam a justiça penal são *efeitos da civilização*, e nesse sentido, a luta contra a própria civilização é o norte do anarquismo. O segundo: que o poder se exerce em uma determinada direção, e beneficia uma determinada classe em detrimento de outra. Mas voltaremos a isto.

De momento, vale citar mais um trecho de *V&P*: a cena, protagonizada por uma criança de 13 anos, que para Foucault exprime a noção de *indisciplina* buscada pelo discurso anarquista:

**O presidente** – Deve-se dormir em casa.

**Béasse** – Eu tenho uma casa? – O senhor vive em perpétua vagabundagem. – Eu trabalho para ganhar a vida. – Qual sua profissão? – Minha profissão? Em primeiro lugar, tenho trinta e seis; mas não trabalho para ninguém. Já faz algum tempo, estou por minha conta. Tenho minhas ocupações de dia e de noite. Assim, por exemplo, de dia distribuo impressos grátis a todos os passantes; corro atrás das diligências que chegam para carregar os pacotes; dou meu show na avenida de Neuilly; de noite, são os espetáculos; vou abrir as portas, vendo senhas de saída; sou muito ocupado. – Seria melhor para o senhor estar colocado numa boa casa e lá fazer seu aprendizado. – Ah, é sim, uma boa casa, um aprendizado, é chato. Mas esses burgueses resmungam

<sup>169</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, op. cit., p. 253-254, grifo meu.

<sup>170</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*, op. cit., p. 147.

sempre e eu fico sem a minha liberdade. – Seu pai não o chama? – Não tenho mais pai. – E a sua mãe? – Também não, nem parentes, nem amigos, livre e independente.

Ouvindo sua condenação a dois anos de correção, Béasse faz uma careta feia, depois, recobrando o bom humor: “Dois anos nunca duram mais que vinte e quatro meses. Vamos embora, vamos indo”.<sup>171</sup>

Assim, a ideia valorizada pelos periódicos anarquistas, bem como por Foucault e também por Margareth Rago, é a da *indisciplina*, mais do que infração: *indisciplina* entendida como correlata com *liberdade*. Segundo Foucault, esta ideia é retomada no anarquismo a partir da segunda metade do século XIX ao atacar o aparelho penal colocando o problema político da delinquência.

Dá a aproximação entre o ataque anarquista ao poder em si, ao invés de uma tomada dele, e a concepção de Foucault de uma microfísica do poder entendida como relação, e não como propriedade:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter. [...] Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente, como uma obrigação ou uma proibição aos que ‘não têm’; ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, *do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança*.<sup>172</sup>

Nesse sentido, cabe outra pergunta a fim de problematizar esta aproximação: será que para Foucault seria possível escapar do poder, das sujeições, das relações de poder como um todo, enfim, acabar com o poder como querem os anarquistas? Parece-me na leitura do trecho acima que, ao contrário, a própria resistência ao poder se apoia nele para se fazer valer: é o mesmo mecanismo verificado na utilização anarquista da construção da delinquência como instrumento político de contestação da justiça penal, ou, no caso da sexualidade, os movimentos de liberação sexual serem movimentos que “partem da sexualidade, do dispositivo de sexualidade no interior do qual estamos presos”.<sup>173</sup> Nesse sentido, joga-se o jogo do poder através dos dispositivos de verdade que ele constrói, e toda a resistência não está de fora, como pretende o discurso anarquista e que parece que em certa medida Rago compra; mas em uma perspectiva foucaultiana – ou ao menos na anterior aos dois últimos volumes da *História da Sexualidade* – a resistência faz parte do jogo de poder e de saber.

<sup>171</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, op. cit., p. 255.

<sup>172</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. op. cit., p. 29, grifo meu.

<sup>173</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, op. cit., p. 233.

Contudo, Margareth Rago percebe em *DCAL* como em trabalhos posteriores uma aproximação entre Foucault e o anarquismo. Para além de defender ou refutar esta leitura, me interessa aqui principalmente atentar para o fato de que a busca de Foucault e do anarquismo em *DCAL* possuem um mesmo cerne: o de trabalhar a dominação burguesa e a resistência operária no todo social, ampliando o leque temático do fazer historiográfico, preocupação da autora ligado ao contexto historiográfico da década de 80.

Isto leva a outro ponto problemático na apropriação de Foucault por Rago: o poder disciplinar investigado por Margareth Rago é sempre entendido como um poder de classe: a imposição é de cima para baixo, da burguesia industrial ao operariado. Quanto a isto, Foucault de fato permite esta leitura através da utilização ambígua do termo *classe*, sobretudo em *Microfísica do Poder*, uma vez que o livro se trata de uma coletânea de conferências e entrevistas datadas em momentos distintos e direcionados a públicos diferenciados. Há vezes, por exemplo, onde a *classe* é naturalizada e entendida como algo fora de discussão, como é o caso de *Sobre a justiça popular*, conversa entre Foucault e militantes maoistas procurando sistematizar uma discussão de junho de 1971 sobre o projeto de um tribunal popular para julgar a polícia.<sup>174</sup> Nesta ocasião, “burguesia”, “proletariado”, “poder de classe”, “luta de classes” são termos recorrentes da conversa. Porém, a situação é outra em outros textos como, por exemplo, logo na conversa seguinte: *Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze*.<sup>175</sup> Neste caso a relação entre poder e classe é tematizada e relativizada, em uma perspectiva que aponta para um problema da definição das formas mais apropriadas de luta contra o poder:

Essa dificuldade - nosso embaraço em encontrar as formas de luta adequadas - não virá de que ainda ignoramos o que é o poder? [...] Atualmente sabe-se, mais ou menos, quem o explora, para onde vai o lucro, por que mãos ele passa e onde ele se reinveste, mas o poder... Sabe-se muito bem que não são os governantes que o detêm. *Mas a noção de 'classe dirigente' nem é muito clara nem muito elaborada* [...]. Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente íntimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder, ele se exerce. *Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção.*<sup>176</sup>

Aqui o poder se exerce de fato em determinada direção: nesse sentido ele é um instrumento de dominação ou de sujeição – a abordagem do poder em *V&P* também trabalha nesse sentido: a delinquência produzida pela prisão, segundo Foucault, é o “controle

---

<sup>174</sup> *Idem*, p. 39-68.

<sup>175</sup> *Idem*, p. 69-78.

<sup>176</sup> *Idem*, p. 75, grifo meu.

diferencial das ilegalidades”, que age em benefício de uma classe e em detrimento de outra; são “jogos de força que, segundo a classe a que pertencem os indivíduos, os conduzirão ao poder ou á prisão”. Contudo, “essa produção da delinquência e seu investimento pelo aparelho penal devem ser tomados pelo que são: não resultados definitivos, mas táticas que se deslocam na medida em que nunca atingem inteiramente o seu objetivo”.<sup>177</sup> Ou seja, tanto na conversa com Deleuze quanto em *V&P*, o poder não *parte* da classe, uma vez que não é *dela*, mas sim é *utilizado* por ela dentro de um jogo do qual os anarquistas, por mais que se pretendam fora, estão na verdade inseridos – não há maniqueísmo ou ideologia, o que há é o estabelecimento discursivo e heterogêneo de verdades a partir das quais os sujeitos se constituem como tal, são moldados por elas e as utilizam em jogos de verdade.

Como então, segundo Foucault, seria possível lutar contra o poder? A resposta surge, segundo Rago, em outro momento de sua produção intelectual: quando ele diz que “não há outro ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político se não a relação de si para consigo”.<sup>178</sup> É esta frase que Margareth Rago liga ao anarquismo enquanto política libertária. Assim, a indisciplina e a busca de novos modos de subjetivação presentes em propostas anarquistas seriam as únicas formas, para Foucault, de escapar dos modos de sujeição impostos pelo jogo do poder disseminado em suas instâncias panópticas da sociedade. Contudo, a partir da leitura de *V&P*, *Microfísica do Poder* e *História da sexualidade I*, não é evidente esta perspectiva.

Entretanto, a aproximação Foucault-anarquismo que a autora faz não é de graça: Foucault, ao tomar como objeto de estudo as verdades gerais da civilização moderna, problematiza a ciência, os saberes, os valores morais, entendendo-os como investimentos de poder em uma relação complexa e disseminada no todo social. Isto abre margem para que o estudo do movimento operário se amplie para o cotidiano, para a sexualidade, a feminilidade, a infância, a cidade, a medicalização e diversos outros temas. Da mesma forma o anarquismo se posiciona contra as mesmas temáticas problematizadas por Foucault. As propostas anarquistas, ao se botarem contra todas as instâncias de poder disciplinar que Foucault aponta, permitem à Margareth Rago as entender como a resistência ideal a essa sujeição: assim a

---

<sup>177</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, op. cit., p. 250.

<sup>178</sup> FOUCAULT *apud* RAGO, Margareth. Foucault e as artes de viver do anarco-feminismo, op, cit., p. 165.

autora pretendia mostrar como o anarquismo “era uma força”,<sup>179</sup> em consonância com o momento de efervescência política, social, cultural e intelectual dos anos 80.

Contudo, ao utilizar Foucault como o teórico do poder disciplinar, imposição forçada em cima das classes dominadas da sociedade, e o anarquismo como a resistência, trabalhada, neste caso, a partir de um ponto de vista Thompsoniano (uma vez que a ligação com os modos de subjetivação e de políticas de si não havia sido tematizada por Foucault), onde a contestação é a criação de uma consciência de classe por parte dos operários, e não apenas dos intelectuais orgânicos do marxismo e dos membros de partidos, ela paradoxalmente combina teóricos com posturas epistemológicas e com problemas de pesquisa diferentes: Foucault preocupado com “a história da 'verdade', do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros”,<sup>180</sup> e Thompson com o fazer-se da classe operária enquanto constituidora da própria identidade e resistindo às imposições dominantes – o que culmina na própria autocrítica da autora: o papel do sujeito nas posturas epistemológicas de cada um.

## O SUJEITO

Retomemos a autocrítica. Rago diz: “entendo que vários autores trabalharam com determinadas noções, como o de poder disciplinar, sem contudo questionar o quadro conceitual ou a referência metodológica que norteava suas produções”. Cita como exemplo casos em que “a análise micro foi combinada com modelos macro de interpretação globalizante da sociedade”, quando Foucault defendeu “o projeto de história geral, construída a partir das discontinuidades, das rupturas e do entrecruzamento de séries organizadas pelo historiador”.<sup>181</sup> Rago se refere aqui a trabalhos combinando análises genealógicas foucaultianas dos mecanismos de sequestro e poder na sociedade, com concepções dos marxistas britânicos, como Thompson, que procuram ao mesmo tempo valorizar a resistência, a combatividade histórica das minorias oprimidas e realçar o papel do sujeito na história. Segundo Rago, esta combinação é problemática, pois, enquanto os marxistas britânicos busca desfazer os silêncios das minorias na historiografia e torná-los os protagonistas da história através do destaque para o papel do sujeito enquanto agente histórico, a perspectiva foucaultiana delineada pelo “pensamento diferencial” apontava justamente para “a eliminação

<sup>179</sup> RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea, op. cit., p. 133-134.

<sup>180</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, op. cit., p. 231.

<sup>181</sup> RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores, op. cit., p. 26.

*do sujeito na história, minimizando a importância de sua ação racional e consciente*".<sup>182</sup>  
Dentre estes trabalhos criticados, Rago inclui o seu, *DCAL*.

Temos então que nos anos que se seguiram à publicação de *DCAL*, com o surgimento dos dois últimos volumes da *História da Sexualidade* e dos modos de subjetivação, na ocasião de seu doutorado, algo mudou na leitura de Margareth Rago fazia de Foucault, ou ao menos, daquele Foucault de *V&P*, a ponto de na década seguinte a autora dizer que o casamento Thompson-Foucault era equivocado.

Adentremos a questão: creio contudo que o sujeito que Foucault dissolve em *V&P* não são os indivíduos, os "nomes próprios" do texto histórico ou a agência humana, mas sim uma "verdade essencial do sujeito", como que se ao retirarmos todas as máscaras impostas pela cultura dominante o encontraríamos: o sujeito com seu verdadeiro rosto, puro, essencial e imaculado. Sim, para Foucault não existe rosto por trás das máscaras, apenas o momento onde o rosto não existiu; o sujeito não está por trás dela, ele é sua própria máscara. Assim, Foucault entende o sujeito como efeito das relações de saber e de poder, ou como uma posição a ser tomada e criada pelos discursos, ou ainda, para citá-lo, "processos de individualização que são antes efeitos das novas táticas de poder".<sup>183</sup>

Porém, isto não significa que a "importância da ação racional e consciente" dos indivíduos seja minimizada, eles não são eliminados da história. Já falei antes que entender os sujeitos como efeitos do poder não implica que indivíduos não apareçam na história de Foucault: Em *V&P* temos Damians, Lord Ferrer, Romilly, Mackintosh, Fowell Buston, Buffet, Bontemps, Pussort, Beccaria, Servan, Dupaty, Lacreteille, Duport, Pastoret, Target, Bergasse, Paulet, Lacenaire, Vidocq, Béasse, e note que eu apenas me prestei a folhear algumas páginas avulsas no recolhimento destes nomes. Mesmo que estes sejam "exemplos" de processos como mostrei, são processos encarnados em pessoas e se elas fazem parte do jogo de poder e saber, não signifique que elas não joguem este jogo; se há um regime de verdade que origine este dispositivo de saber-poder, não significa que este seja estanque ou imutável. Pelo contrário, se Foucault entende o poder como uma relação, então onde há poder há resistência: Foucault nem em *V&P* me parece avesso a esta ideia.

Paul Veyne nos ajuda a pensar nesse sentido:

---

<sup>182</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>183</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, op. cit., p. 23.

Em parte alguma podemos escapar às relações de poder: em compensação, sempre podemos, e em toda parte, modificá-las; pois o poder é uma relação bilateral; ele faz par com a obediência, que somos livres (sim, livres) para conceder com mais ou menos resistência. [...] O dispositivo é menos o determinismo que nos produz do que o obstáculo contra o qual reagem ou não reagem nosso pensamento e nossa liberdade.<sup>184</sup>

É verdade que Paul Veyne escreve um texto apaziguador: homogeniza boa parte da produção intelectual de Foucault ao se concentrar principalmente em seus *Ditos e escritos*, e mascara as contradições nos diferentes momentos da obra foucaultiana: é uma narrativa da continuidade e da coerência. Para Veyne, as diferentes fases e diferentes preocupações de Foucault são inseridas em um mesmo empreendimento:

[...] ‘problematizar’ um objeto, perguntar-se como um ser foi pensado numa época dada (é a tarefa do que ele chamava de arqueologia), analisar (é a tarefa da genealogia, no sentido nietzchiano da palavra) e descrever as diversas práticas sociais, científicas, éticas, punitivas, médicas etc. que tiveram por correlato que o ser tivesse sido pensado assim.<sup>185</sup>

[...]

Foi por volta de 1980, como vimos, que Foucault descobriu a terceira vertente de sua problemática; ao saber verdadeiro e ao poder acrescenta-se a constituição do sujeito humano como devendo comportar-se eticamente desta ou daquela maneira como vassalo fiel, como cidadão etc.<sup>186</sup>

Assim, Veyne utiliza as próprias contradições no seio do pensamento foucaultiano para apaziguar as críticas feitas a ele. No entanto, creio que a recusa dele de ver em Foucault, mesmo no Foucault de *V&P* (ou para ele, em qualquer Foucault) um estruturalista cabe bem aqui: basta vermos o tratamento que Foucault dá aos anarquistas, às revoltas nas prisões, ou aos embates na imprensa: o poder e o saber são também campos de disputa e há espaço para a resistência.

Com isto em vista, cabe nesse sentido perguntar agora se Thompson e Foucault são, de fato, incompatíveis em um plano epistemológico ou não. Apesar de se tratar de outro momento da produção de Foucault e se centrar na noção de *experiência*, o texto de Fernando Nicolazzi traz consigo elementos que ajudam a pensar o sujeito em Thompson e Foucault. Em primeiro lugar, em ambos “percebe-se que se reconhecer como sujeito não significa reencontrar-se em uma identidade interior e anterior, situada em um lugar originário. Em outras palavras, quer se dizer que a subjetividade não é, de maneira alguma, uma categoria *a priori*, mas que o sujeito existe apenas na medida em que se constitui como tal”.<sup>187</sup> Apesar de

<sup>184</sup> VEYNE, Paul. *Foucault, seu pensamento, sua pessoa*, op. cit., p. 168-169.

<sup>185</sup> *Ibid.*, p. 183.

<sup>186</sup> *Ibid.*, p. 179.

<sup>187</sup> NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. op. cit., p.109.



não tematizar esta subjetividade em *V&P* e nos outros textos referenciados, a recusa à “identidade interior e anterior” do sujeito é uma decorrência do tipo de proposta a que se pretende Foucault, e nesse sentido, a afirmativa de Nicolazzi ganha relevo. E principalmente, ela se liga muito com a noção do “fazer-se” da classe operária de Thompson, com a ideia de que “a classe estava presente no seu próprio fazer-se”.

Em segundo lugar, este processo de subjetivação de Foucault e o fazer-se da classe operária visam à “formação de sujeitos históricos”: “tanto na história da sexualidade grega [momento de Foucault analisado] quanto na classe operária inglesa, a experiência diz respeito a um processo no qual, segundo condições tais, dá-se um fenômeno cuja construção é simultânea à constituição daquele que age enquanto sujeito”.<sup>188</sup> A diferença fundamental entre as duas abordagens é que no caso de Thompson “a experiência é orientada do passado para um presente”, e em Foucault, “do presente a um futuro”.<sup>189</sup> no fazer-se da classe operária, ela já existia durante sua construção, e seu sentido ia neste sentido, uma análise retrospectiva e teleológica; enquanto que em Foucault, o processo de constituição do sujeito é baseado em um horizonte de expectativa, projetando um futuro que nunca chega, que é “sempre empurrado para mais adiante”<sup>190</sup> – em Thompson, isto revelaria uma concepção de história pautada na defesa de um território, da história como um conhecimento *sui generes* e do materialismo histórico como “a disciplina na qual todas as outras disciplinas humanas se encontram”; e em Foucault, a crítica da perspectiva metafísica da história que [...] busca inserir, na continuidade de uma origem, um lugar para a identidade”.<sup>191</sup>

A pesar de se tratar d’*O uso dos prazeres*, tal abordagem é elucidativa de algumas coisas sobre o Foucault de *DCAL*: em primeiro lugar, parto da recusa que Foucault seja estruturalista, e assim, penso como Edgar de Decca no prefácio de *DCAL* que há em Foucault e Thompson uma diferença de ênfase e objeto. Os modos de subjetivação não aparecem em *V&P* e os sujeitos aparecem mais como exemplos que como protagonistas creio que muito mais por não ser este o problema de pesquisa de Foucault no momento do que por uma postura epistemológica estruturalista. Nesse sentido Thompson talvez não fosse, à época, incompatível com Foucault, uma vez que o primeiro oferecia uma perspectiva de análise que

---

<sup>188</sup> *Ibid.*, p.122.

<sup>189</sup> *Ibid.*, p.128.

<sup>190</sup> *Ibid.*, p.129.

<sup>191</sup> *Ibid.*, p.131.

focava a constituição de uma identidade de classe, enquanto Foucault se via preocupado com “uma história sociológica das verdades”.<sup>192</sup>

Em segundo lugar, na temática do sujeito, a principal diferença entre Thompson e Foucault talvez fosse a própria noção de identidade: uma visão retrospectiva e teleológica na constituição da subjetividade da classe trabalhadora em Thompson e uma perspectiva que recusa esta teleologia enfatizando as descontinuidades e os momentos onde os sujeitos foram outra coisa, desempenharam papéis distintos, ou até o momento onde não existiram, de Foucault.<sup>193</sup> Daí, creio que o principal deslocamento na apropriação de Foucault em *DCAL* não é tanto o papel do sujeito na narrativa histórica, como posteriormente disse Rago, mas ao contrário, uma visão demasiadamente mecanicista entre poder e resistência, cada um vinculado a uma classe. Parece-me que, para Foucault, ver o poder em sua positividade, além de enxergá-lo disseminado no todo social, é também entender como parte de um regime de verdade de onde todos nós partimos para jogar um jogo de sujeição e subjetivação. É assim que ele “se exerce mais que se possui, que não é o ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados”.<sup>194</sup> Nesse sentido, nem a dominação é por natureza burguesa, nem a resistência parte única e exclusivamente da classe trabalhadora ou dos anarquistas, que também não estão fora deste jogo de sujeição. Recusando-se assim a antítese implicada em *DCAL*, onde há poder há resistência, onde há poder há liberdade.<sup>195</sup>

O objetivo principal aqui, porém, foi o de atestar para o fato de que as diferenças epistemológicas entre Foucault e Thompson sobre a questão do sujeito, no momento de escrita de *DCAL* não estavam tão nítidas, e nesse sentido a autocrítica da autora se configura em uma redefinição de sua identidade a partir de um momento (final da década de 1980 e início da de 1990) em que as fronteiras epistemológicas se acentuam.

---

<sup>192</sup> VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*, op.cit., p.164.

<sup>193</sup> Em *Nietzsche, a genealogia e a história* Foucault diz: “nada no homem [...] é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles”. In: *Microfísica do Poder*, op. cit., p. 27.

<sup>194</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, op. cit., p. 26.

<sup>195</sup> VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*, op.cit., p.168.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Espero, ao final deste trabalho, ter conseguido elencar alguns apontamentos sobre a apropriação de Foucault por Margareth Rago em *DCAL* que ajudem a problematizar este momento da historiografia brasileira.

Em primeiro lugar, parte-se de um contexto de consolidação do conhecimento histórico nas universidades, com a ampliação dos cursos de pós-graduação, criação de novos cursos e novas linhas de pesquisa, um aumento na produção histórica, um corpo docente nacional se constituindo com mais força e a universidade assumindo para si o compromisso de produzir e divulgar o conhecimento histórico no país. Acredito que este contexto de consolidação trata-se da constituição da disciplina histórica enquanto um *campo*, e, nesse sentido, instaurando, ou melhor, impulsionando um debate teórico sobre a natureza deste campo e as formas de produção deste conhecimento.

Este debate (que era também a forma como a historiografia brasileira procurava constituir-se enquanto campo de conhecimento), nos anos 80 foi marcado por uma busca pelo “novo”, vinculada com um sentimento, por parte de uma nova geração de historiadores, notadamente da UNICAMP, de discrepância entre um “atraso” na produção intelectual das décadas de 60 e 70 (fruto do fechamento cultural da ditadura) e uma necessidade de renovação historiográfica condizente com o momento de efervescência política social e cultural dos anos 80. Não me interessa aqui o caráter dessa efervescência nem sua intensidade, mas sim atestar para o fato de que aqueles historiadores sentiram e interpretaram este contexto desta maneira, e assim conduziram suas buscas por inovações teóricas, temáticas e metodológicas.

Esta busca teve dois elementos fundamentais: a contestação de uma perspectiva historiográfica muito baseada em certo marxismo, e a proposta de caminhos alternativos, baseados na busca de teóricos estrangeiros, como Foucault, Thompson, Benjamin, Castoriadis, etc. Assim, o que norteou a busca por Foucault e Thompson, bem como por novas temáticas e metodologias, era este sentimento de necessidade de renovação historiográfica no Brasil, e as escolhas, além de se ligarem às posturas teóricas dos autores, também vinham no sentido de legitimar as ideias desta “nova” historiografia brasileira: daí ser uma *apropriação* de ideias.

Assim, Margareth Rago, em meio a outros historiadores, realizou este “casamento” entre Foucault e Thompson, o que permitiu a ela uma abordagem concomitante entre o social e uma ampliação temática em direção à mulher, à sexualidade, à medicalização e à habitação, novas posturas historiográficas em voga no período. Contudo, isso leva a adaptações e deslocamentos interpretativos. Em primeiro lugar, por se preocuparem com problemas de pesquisa diferentes, Rago adaptou os dois em um único problema de pesquisa, notadamente a fim de valorizar o anarquismo, e assim temos de um lado Foucault legitimando a análise do poder, quase sempre vinculado à dominação burguesa, e Thompson legitimando a resistência, sempre vinculada ao anarquismo. A apropriação de Foucault e a temática do anarquismo em *DCAL* possuem assim um mesmo cerne: ambos permitem a autora enxergar o poder disciplinar e a resistência operária em momentos do cotidiano: ao levar Foucault do cabaré ao lar, entendendo os subpoderes que ele enfoca como dominação burguesa, Rago busca no anarquismo a resistência operária a estes mecanismos de sujeição, não só na fábrica, mas para além dela.

A apropriação de Foucault para legitimar a ideia de Rago se liga a uma postura historiográfica da autora de defesa de um território: ela defende estas novas abordagens de historiadores estrangeiros enquanto um conhecimento histórico válido e necessário neste momento particular de um “descortinar de novos possíveis” na história do Brasil. A desconstrução da história tradicional defendida por Foucault é então utilizada por Rago para desmontar a historiografia anterior, porém enquanto uma atualização do conhecimento histórico, tido pela autora como atrasado graças à ditadura.

Posteriormente a autora se autocritica através da questão do sujeito, principalmente tendo em vista que é no lançamento dos dois últimos volumes de *História da Sexualidade* que Foucault tematiza os modos de subjetivação, o que ainda não era seu problema de pesquisa. Nestes novos trabalhos de Foucault, percebem-se diferenças na forma como ele e Thompson pensam o sujeito, o que explica a autocrítica. Porém, trata-se de outro momento da produção do autor, de novas pesquisas, e não se pode esperar que Foucault dissesse antes o que disse depois, principalmente porque para Foucault, “toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, formulando conceitos que clarificam os dados [...] mas que, em seguida são revistos, reformulados, substituídos a partir de novo material trabalhado”.<sup>196</sup> Assim, penso

---

<sup>196</sup> MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, op. cit., p. XI.

que, quanto ao sujeito, Foucault só será completamente incompatível com Thompson em um momento posterior.

Este trabalho deixa em aberto vários elementos que poderiam indicar caminhos de seguimento à pesquisa, como por exemplo, colocar Margareth Rago em diálogo com ela mesma, tanto em livros e artigos futuros como em entrevistas, tematizando a apropriação de Foucault em diferentes momentos de sua obra e entendendo sua autocrítica como renegociação da sua identidade. É um sentimento que tenho e que carece de pesquisa, mas creio que, quando Foucault foca os modos de subjetivação e Rago os adota no seu doutorado, *Os prazeres da noite*, a partir da segunda metade da década de 1980 e início da de 1990, estamos passando pelo momento crucial de formação da teoria e historiografia enquanto um *campo* autônomo do conhecimento na disciplina histórica, e daí, através dos debates sobre o diagnóstico da crise, sobre a “nova” história brasileira e sobre o moderno e o pós-moderno, se delimitam cada vez mais as fronteiras. Isto me parece o cerne da própria autocrítica da autora, que ao recusar o casamento com Thompson e abraçar Foucault de vez, renegocia sua identidade e se coloca dentro de um jogo de forças a partir desta maior definição das fronteiras teóricas no Brasil. Trata-se então de uma postura epistemológica e política, ou uma subjetivação da própria autora, se definindo enquanto foucaultiana e se posicionando dentro de um debate em voga naquele momento da historiografia brasileira.

Ao fim, ficam estas considerações sobre a forma como Margareth Rago leva Foucault, junto com Thompson e o anarquismo, do cabaré ao lar, procurando, junto com outros historiadores e em um sentimento de efervescência política e cultural, renovar e as formas de se escrever a história no Brasil; na esperança de que este estudo de caso ajude a pensar sobre este momento da historiografia nacional que ainda carece de muita pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A História em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A Loucura da História: ciência, ética e política no pensamento de Michel Foucault*. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/academico/artigos.htm>>, abril de 2012.
- BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Editora UNESP: 2004.
- BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. *A (dês)construção do discurso histórico: a historiografia brasileira dos anos 70*. 2ª ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- CANABRAVA, Alice Piffer. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. In.: *Revista Brasileira de História*, n. 1, São Paulo, mar. 1981.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. tradução de Maria de Lourdes Menezes ; revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed., Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. São Paulo: estação Liberdade, 1996.
- \_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira*. Porto Alegre: Evangraf, 1993.
- FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*, trad. Roberto Machado, Rio de Janeiro: Nau, 1996.

- \_\_\_\_\_. *História da Loucura na Idade Clássica*, São Paulo: Perspectiva, 1978.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade*. 3 vols. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*, organização e tradução de Roberto Machado, 1979. 26ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.VII-XXIII.
- \_\_\_\_\_. *Ciência e Saber. A Trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- \_\_\_\_\_; LOUREIRO, A.; LUZ, R.; MURICY, K. *Danação da Norma. Medicina Social e A Constituição da Psiquiatria No Brasil*. 01. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. In.: *Revista Outubro*, n. 14, 2006
- NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 101-138, jan./dez. 2004.
- \_\_\_\_\_. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casagrande & senzala e a representação do passado*. Tese em história. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- \_\_\_\_\_. Uma teoria da história: Paul Ricoeur e a hermenêutica do sujeito no discurso historiográfico. In: *História em Revista*, v. 9, dez. 2003, p. 45-73.
- QUADROS, Carlos Fernando de. *A polêmica historiográfica como um espaço de embate teórico e político: o caso de Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Sívila Lara*. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores, In: *Resgate*, Campinas, nº 5, Centro de Memória da UNICAMP, 1993.

- \_\_\_\_\_. As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. In: *Anos 90*, n. 1, mai. 1993.
- \_\_\_\_\_. A “nova” historiografia brasileira. In: *Anos 90*, n. 11, jul. 1999.
- \_\_\_\_\_. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. Foucault e as artes de viver do anarco-feminismo. In: RAGO, Margareth; VEIGA NETO, Alfredo. (Org.). *Figuras de Foucault*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, v. 3, p. 165-175.
- \_\_\_\_\_. O anarquismo e a história. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. (Org.). *Retratos de Foucault*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2000, v. 1, p. 88-116.
- \_\_\_\_\_. O efeito-Foucault na historiografia brasileira, In: *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 7, n<sup>os</sup> 1-2, out. 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Lisboa: Afrontamento, 1996
- SANTOS, Wagner Geminiano dos Santos. A invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-moderno. In.: *Revista de Teoria da História*, ano 3, n. 7, jun/2012.
- SILVA, Leandro Mendanha e. *Nas transversais do tempo: uma intervenção de Foucault na história e sua apropriação pela historiografia*. 2009. 221 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- Z Aidan Filho, Michel. *A crise da razão histórica*. Campinas: Papyrus, 1989.